



PROJETO DE LEI PL./0221.1/2021

Lido no expediente	0511 Sessão de 15/06/21
Às Comissões de:	GABINETE DA DEPUTADA PAULINHA
(5) JUSTIÇA	
(11) FINANÇAS	
(20) ECONOMIA	
( )	
	Secretário



Cria o Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina..

Art. 1º Fica criado o Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: São ações do Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina:

I - promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social;

II - promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade;

III - redução das desigualdades regionais;

IV - descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada município por meio das associações de município;

V - promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas;

VI - estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos industriais no Estado de Santa Catarina;

VII - promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional;

VIII - incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;

IX - promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica;

X - fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICTs;

XI - atratividade dos instrumentos de fomento e de crédito, bem como sua permanente atualização e aperfeiçoamento;

XII - simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação;

Ao Expediente da Mesa

Em 15/06/21

Deputado Ricardo Alba

1º Secretário



XIII - utilização do poder de compra do Estado para fomento à inovação;

XIV - apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao sistema produtivo.

Art. 2º O Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina compreende a atuação conjunta de ações do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, em coordenação aos Municípios e associações municipais, conjuntamente ao setor produtivo e industrial que atua ou visa atuar no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: Consideram-se elementos do Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina:

I – Indústria: atividade econômica, onde ocorre a transformação de matérias-primas em produtos elaborados pelo homem com a finalidade comercial.

II – Criador industrial: pessoa física que seja inventora, obtentora ou autora de criação de projeto industrial;

III - incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;

IV - inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;

V - Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;

VI - Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei;

VII - fundação de apoio: fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação de interesse das ICTs, nos termos da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.



VIII - parque tecnológico industrial: complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICTs, com ou sem vínculo entre si;

X - polo tecnológico: ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologias;

XI - extensão tecnológica: atividade que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado;

XII - bônus tecnológico: subvenção a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte, com base em dotações orçamentárias de órgãos e entidades da administração pública, destinada ao pagamento de compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de contratação de serviços tecnológicos especializados, ou transferência de tecnologia, quando esta for meramente complementar àqueles serviços, nos termos de regulamento;

XIII - capital intelectual: conhecimento acumulado pelo pessoal da organização, passível de aplicação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação." (NR)

Art. 3º É incumbência coordenada do Poder Executivo de Santa Catarina, de seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia industrial.

Parágrafo único. O apoio previsto no caput poderá contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos, e a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.

Art. 4º O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento e as ICTs poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

§ 1º As incubadoras de empresas, os parques e polos tecnológicos industriais e os demais ambientes promotores da inovação estabelecerão



suas regras para fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em parceria e para seleção de empresas para ingresso nesses ambientes.

§ 2º Para os fins previstos no caput O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento, as respectivas agências de fomento e as ICTs públicas poderão:

I - ceder o uso de imóveis para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, diretamente às empresas e às ICTs interessadas ou por meio de entidade com ou sem fins lucrativos que tenha por missão institucional a gestão de parques e polos tecnológicos e industriais e de incubadora de empresas, mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, na forma de regulamento;

II - participar da criação e da governança das entidades gestoras de parques tecnológicos ou de incubadoras de empresas, desde que adotem mecanismos que assegurem a segregação das funções de financiamento e de execução.

III – efetivar por meio de cessões, doações ou alienações, a disponibilidade de áreas para a criação e efetivação de parques industriais no Estado de Santa Catarina.

Art. 5º O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento, atuarão na interação com ICTs e empresas brasileiras e oferecendo-lhes o acesso aos instrumentos de fomento, visando ao adensamento do processo de inovação no País.

Art. 6º A ICT pública poderá, mediante contrapartida financeira ou não financeira e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

I - compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICT ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;

II - permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICT, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, desde que tal permissão não interfira diretamente em sua atividade-fim nem com ela conflite;

III - permitir o uso de seu capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Parágrafo único. O compartilhamento e a permissão de que tratam os incisos I e II do caput obedecerão às prioridades, aos critérios e aos requisitos aprovados e divulgados pela ICT pública, observadas as respectivas disponibilidades e assegurada a igualdade de oportunidades a empresas e demais organizações interessadas.” (NR)

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até 90 (noventa) dias.



Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Paulinha  
Deputada Estadual



## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta legislativa vem trazer ao Estado de Santa Catarina uma iniciativa pública de estímulo a criação de parques industriais, com o objetivo de propiciar o desenvolvimento econômico, político, social e ambiental de Santa Catarina.

Santa Catarina possui PIB industrial de R\$ 66,3 bilhões, equivalente a 5,0% da indústria nacional. Emprega 804.796 trabalhadores na indústria. É o sétimo maior PIB do Brasil, com R\$ 247,9 bilhões. Com 7,3 milhões de habitantes, é o 10º estado mais populoso do País.

Sob tal aspecto, é notória a necessidade da criação de um programa de incentivo de âmbito estadual, que vise estimular a produção industrial no Estado, sobretudo através do fornecimento de utensílios pelo poder público que possibilitem as ações coordenadas do setor produtivo.

Ante o exposto, roga-se aos nobres pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das sessões,

Paulinha  
Deputada Estadual



## PEDIDO DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 221.1/2021

**EMENTA:** Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

**AUTOR:** Deputada Paulinha

**RELATOR:** Deputado Coronel Mocellin

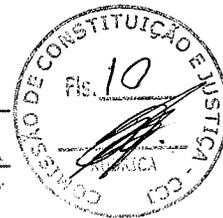
Cuida-se de projeto de lei de origem parlamentar que visa instituir programa de estímulo a criação de parques industriais no Estado de Santa Catarina. O programa compreende a atuação conjunta de ações do Executivo Estadual, em coordenação aos municípios e associações municipais, e, conjuntamente com o setor produtivo industrial.

Antes de fixar o entendimento, peço vênha para buscar a melhor compreensão dos termos do processo, principalmente no que tange à instrumentalização desse programa no âmbito das relações dos municípios e dos órgãos estaduais ligados à pasta de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Pelo exposto, submeto a essa Comissão o pedido de diligenciamento à Procuradoria Geral do Estado, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e à Federação Catarinense de Municípios - FECAM.

Sala das Comissões,

Deputado Coronel Mocellin  
Relator



FOLHA DE VOTAÇÃO VIRTUAL

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, nos termos dos artigos 146, 149 e 150 do Regimento Interno,

- aprovou  unanimidade  com emenda(s)  aditiva(s)  substitutiva global
- rejeitou  maioria  sem emenda(s)  supressiva(s)  modificativa(s)

RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) CORONEL MOCELLIN, referente ao

Processo PL./0221.1/2021, constante da(s) folha(s) número(s) 09.

OBS.: Requerimentos de Diligência

Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Milton Hobus	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Coronel Mocellin	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Fabiano da Luz	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. João Amin	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. José Milton Scheffer	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Maurício Eskudlark	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Moacir Sopelsa	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Paulinha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Valdir Cobalchini	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Reunião virtual ocorrida em

29/06/2021

Evandro Carlos dos Santos  
Coordenador das Comissões  
Matrícula 3748



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Coordenadoria de Expediente  
Ofício nº 0379/2021

DIRETORIA LEGISLATIVA



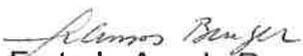
Florianópolis, 29 de junho de 2021

Excelentíssima Senhora  
DEPUTADA PAULINHA  
Nesta Casa

Senhora Deputada,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça deste Poder, ao Projeto de Lei nº 0221.1/2021, que “Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina”, para seu conhecimento.

Respeitosamente,

  
Marlise Furtado Arruda Ramos Burger  
Coordenadora de Expediente

Recebido  
30/06/21  
A





Ofício **GPS/DL/ 0604/2021**

Florianópolis, 29 de junho de 2021

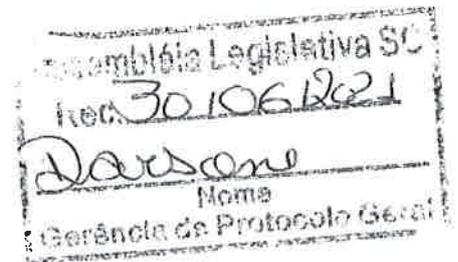
Excelentíssimo Senhor  
**ERON GIORDANI**  
Chefe da Casa Civil  
Nesta

Senhor Chefe,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça deste Poder, ao Projeto de Lei nº 0221.1/2021, que “Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina”, a fim de obter manifestação sobre a matéria legislativa em exame.

Atenciosamente,

Deputado **RICARDO ALBA**  
Primeiro Secretário







Ofício **GPS/DL/ 0605/2021**

Florianópolis, 29 de junho de 2021

Excelentíssimo Senhor

**CLENILTON CARLOS PEREIRA**

Presidente da Federação Catarinense de Municípios (FECAM)

Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça deste Poder, ao Projeto de Lei nº 0221.1/2021, que “Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina”, a fim de obter manifestação sobre a matéria legislativa em exame.

Atenciosamente,

  
Deputado **RICARDO ALBA**

Primeiro Secretário





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CASA CIVIL**

221/21

RKX 178

10767



Ofício nº 1285/CC-DIAL-GEMAT

Florianópolis, 3 de agosto de 2021.

Senhor Presidente,

De ordem do Chefe da Casa Civil e em atenção ao Ofício nº GPS/DL/0604/2021, encaminho o Parecer nº 347/2021, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), e o Ofício GABS nº 1251/2021, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS), ambos contendo manifestação a respeito do Projeto de Lei nº 0221.1/2021, que "Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina".

Respeitosamente,

**Ivan S. Thiago de Carvalho**  
Procurador do Estado  
Diretor de Assuntos Legislativos\*

<b>Lido no Expediente</b>	
014 <sup>o</sup>	Sessão de 05/08/21
Anexar a(o)	221/21
Diligência	
Secretário	

Excelentíssimo Senhor  
**DEPUTADO MAURO DE NADAL**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Nesta

\*Portaria nº 038/2021 - DOE 21 558  
Delegação de competência

OF 1285\_PL\_0221.1\_21\_PGE\_SDE\_enc  
SCC 12380/2021

Centro Administrativo do Governo do Estado de Santa Catarina  
Rod. SC 401, nº 4.600, km 15 - Saco Grande - CEP 88032-000 - Florianópolis - SC  
Telefone: (48) 3665-2054 | e-mail: gemat@casacivil.sc.gov.br



17/02/2021  
14:00:00  
17/02/2021  
14:00:00  
17/02/2021  
14:00:00



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**



**PARECER Nº 347/2021-PGE**

Florianópolis, data da assinatura digital.

**Referência:** SCC 12453/2021

**Assunto:** Consulta sobre o pedido de diligência ao Projeto de Lei nº 0221.1/2021.

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Ementa:** Pedido de diligência. ALESC. Projeto de Lei nº 0221.1/2021, que “Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina”. Norma programa. Política Pública. Ausência de vício de iniciativa. Constitucionalidade formal subjetiva. Fomento às atividades de ciência, tecnologia e inovação. Emenda Constitucional nº 85/2015. Competência legislativa concorrente dos entes federados. Constitucionalidade formal orgânica. Estímulo à criação de parques industriais. Autorização parlamentar para cessão de uso de imóveis públicos e efetivação de disponibilidade de áreas. Violação à separação dos poderes. Ofensa à autonomia municipal. Inconstitucionalidade material. Compatibilidade orçamentária com a Constituição. Ausência de vícios de legalidade.

Senhor Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica,

## **RELATÓRIO**

Por meio do Ofício nº 1096/CC-DIAL-GEMAT, de 1º de julho de 2021, a Casa Civil, através da Diretoria de Assuntos Legislativos, solicitou desta Procuradoria o exame e a emissão de parecer a respeito do Projeto de Lei nº 0221.1/2021, que “Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina”.

A proposição possui a seguinte redação:

Art. 1º Fica criado o Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: São ações do Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina:

I - promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social;

II - promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade;

III - redução das desigualdades regionais;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

IV - descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada município por meio das associações de município;

V - promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas;

VI - estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos industriais no Estado de Santa Catarina;

VII - promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional;

VIII - incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;

IX - promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica;

X - fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICT;

XI - atratividade dos instrumentos de fomento e de crédito, bem como sua permanente atualização e aperfeiçoamento;

XII - simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação;

XIII - utilização do poder de compra do Estado para fomento à inovação;

XIV - apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao sistema produtivo.

Art. 2º O Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina compreende a atuação conjunta de ações do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, em coordenação aos Municípios e associações municipais, conjuntamente ao setor produtivo e industrial que atua ou visa atuar no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: Consideram-se elementos do Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina:

I - Indústria: atividade econômica, onde ocorre a transformação de matérias-primas em produtos elaborados pelo homem com a finalidade comercial.

II - Criador industrial: pessoa física que seja inventora, obtentora ou autora de criação de projeto industrial;

III - incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;

IV - inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**



V - Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;

VI - Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei;

VII - fundação de apoio: fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação de interesse das ICTs, nos termos da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.

VIII - parque tecnológico industrial: complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICTs, com ou sem vínculo entre si;

X - polo tecnológico: ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologia;

XI - extensão tecnológica: atividade que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado;

XII - bônus tecnológico: subvenção a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte, com base em dotações orçamentárias de órgãos e entidades da administração pública, destinada ao pagamento de compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de contratação de serviços tecnológicos especializados, ou transferência de tecnologia, quando esta for meramente complementar àqueles serviços, nos termos de regulamento;

XIII - capital intelectual: conhecimento acumulado pelo pessoal da organização, passível de aplicação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação." (NR)

Art. 3º É incumbência coordenada do Poder Executivo de Santa Catarina, de seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia industrial.

Parágrafo único. O apoio previsto no caput poderá contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação,



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

inclusive incubadoras e parques tecnológicos, e a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.

Art. 4º O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento e as ICTs poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

§ 1º As incubadoras de empresas, os parques e polos tecnológicos industriais e os demais ambientes promotores da inovação estabelecerão suas regras para fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em parceria e para seleção de empresas para ingresso nesses ambientes.

§ 2º Para os fins previstos no caput o Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento, as respectivas agências de fomento e as ICTs públicas poderão:

I - ceder o uso de imóveis para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, diretamente às empresas e às ICTs interessadas ou por meio de entidade com ou sem fins lucrativos que tenha por missão institucional a gestão de parques e polos tecnológicos e industriais e de incubadora de empresas, mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, na forma de regulamento;

II - participar da criação e da governança das entidades gestoras de parques tecnológicos ou de incubadoras de empresas, desde que adotem mecanismos que assegurem a segregação das funções de financiamento e de execução.

III - efetivar por meio de cessões, doações ou alienações, a disponibilidade de áreas para a criação e efetivação de parques industriais no Estado de Santa Catarina.

Art. 5º O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento, atuarão na interação com ICTs e empresas brasileiras e oferecendo-lhes o acesso aos instrumentos de fomento, visando ao adensamento do processo de inovação no País.

Art. 6º A ICT pública poderá, mediante contrapartida financeira ou não financeira e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

I - compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICT ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;

II - permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICT, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, desde que tal permissão não interfira diretamente em sua atividade-fim nem com ela conflite;

III - permitir o uso de seu capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Parágrafo único. O compartilhamento e a permissão de que tratam os incisos I e II do caput obedecerão às prioridades, aos critérios e aos requisitos aprovados e divulgados pela ICT pública, observadas as respectivas disponibilidades e



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**



assegurada a igualdade de oportunidades a empresas e demais organizações interessadas." (NR)

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até 90 (noventa) dias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Colhe-se da justificativa da parlamentar proponente (disponível para consulta no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa de Santa Catarina):

A presente proposta legislativa vem trazer ao Estado de Santa Catarina uma iniciativa pública de estímulo a criação de parques industriais, com o objetivo de propiciar o desenvolvimento econômico, político, social e ambiental de Santa Catarina. Santa Catarina possui PIB industrial de R\$ 66,3 bilhões, equivalente a 5,0% da indústria nacional. Emprega 804.796 trabalhadores na indústria. É o sétimo maior PIB do Brasil, com R\$ 247,9 bilhões. Com 7,3 milhões de habitantes, é o 10º estado mais populoso do País. Sob tal aspecto, é notória a necessidade da criação de um programa de incentivo de âmbito estadual, que vise estimular a produção industrial no Estado, sobretudo através do fornecimento de utensílios pelo poder público que possibilitem as ações coordenadas do setor produtivo.

É o relatório.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Convém ressaltar que o art. 19, II, do Decreto no 2.382, de 28 de agosto de 2014, determina a confecção de parecer analítico elaborado pela consultoria jurídica, de modo que a análise que segue cinge-se a perscrutar a (in)constitucionalidade do Projeto de Lei (PL), nos aspectos formal e material, bem como a legalidade.

Em síntese, a proposição legislativa se encontra estruturada em oito artigos, que cuidam de instituir "o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina".

O ato de iniciativa parlamentar amolda-se ao que a doutrina convencionou nomear de programa (ou mesmo políticas públicas), uma vez que se limita a fixar diretrizes, estabelecendo a coordenação de meios à disposição do Estado com a finalidade de alcançar determinados objetivos:

Como se nota, alguns elementos são centrais nessa definição: o fato de que a política pública é um programa, isto é, um conjunto coordenado de ações; a adjetivação de que se trata de ações governamentais, ou seja, levadas a cabo, ao menos prioritariamente, pelo Estado; e, por fim, os objetivos, que devem ser socialmente relevantes (Cavalcante Filho, João Trindade em LIMITES DA INICIATIVA PARLAMENTAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, Uma proposta de releitura do art. 61, § 1º, II, e, da Constituição Federal).

Não há mácula na proposta parlamentar, visto que não se imiscui nas atribuições do Chefe do Executivo, encartadas no art. 61, § 1º da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e no art. 50, § 2.º da Constituição do Estado de Santa Catarina. Isso porque os parâmetros para a investigação da iniciativa parlamentar cingem-se à autonomia do Poder Executivo e ao próprio exercício da função administrativa.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

Percebe-se, então, que o que se veda é a deflagração de processo legislativo, por parlamentar, que possua o intento de remodelação de órgãos do Executivo, carreando a estes novas e inéditas atribuições. Em contraposição, a mera explicitação e/ou regulamentação de uma atividade que já cabe ao órgão não desborda na inconstitucionalidade do PL.

Assim, a atuação legislativa na concepção e na construção de leis definidoras de políticas públicas não está restrita à elaboração de emendas e substitutivos aos projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo. A esse propósito, escreveu Antônio Carlos Torrens sobre o papel do Parlamento:

O Parlamento, na configuração dada pela Constituição de 88, conta com mecanismos que o capacitam a participar dos processos decisórios e da agenda governamental sobre políticas públicas, tanto pelos instrumentos formais de elaboração de leis, quanto pela inserção de procedimentos externos como consulta popular, audiência pública e fóruns técnicos, que acabam por reforçar a responsabilidade dos legisladores e por exigir deles maior compromisso em suas proposições (TORRENS, Antonio Carlos. Poder Legislativo e políticas públicas: uma abordagem preliminar. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 50, n. 197, p. 189-204, jan./mar. 2013).

Nesse sentido, o STF considerou constitucional a criação de programa de políticas públicas por meio de lei de iniciativa parlamentar, no caso do AgR no RE nº 290.549/RJ. Discutia-se lei que criara programa intitulado Rua da Saúde. No voto do Relator, afirma-se, em suma, que a edição da referida lei, decorrente de iniciativa parlamentar, não representou invasão da esfera da competência privativa do Chefe do Poder Executivo local:

(...) a criação do programa instituído por meio dessa lei apenas tinha por objetivo fomentar a prática de esportes em vias e logradouros públicos, tendo ficado expressamente consignado nesse texto legal que 'a implantação, coordenação e acompanhamento do programa ficará a cargo do órgão competente do Poder Executivo', a quem incumbirá, também, aprovar as vias designadas pelos moradores para a execução do programa.

O projeto em comento não inova nas atribuições dos órgãos da Administração Pública, apenas estabelece providências a serem perseguidas pelo Poder Público a fim de instituir e promover "o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina".

Portanto, conclui-se que a proposição legislativa não possui vício de iniciativa, atendendo à previsão regulamentar e normativa concedida ao Poder Legislativo pela Constituição Estadual (art. 50).

Não se trata, tampouco, de matéria reservada à lei complementar (art. 57 da CESC).

Quanto ao aspecto formal orgânico, não há óbice, vez que encontra respaldo no federalismo cooperativo e nas competências legislativa e material do art. 23 e 24 da Carta Magna, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, que alterou e adicionou dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

A EC 85/2015 tratou de atribuir ao Poder Público a incumbência de estimular a formação e fortalecimento da inovação nas empresas, inclusive mediante a constituição e manutenção de parques e polos tecnológicos (art. 219, parágrafo único, da CF/88) e, para tanto, reforçou a competência legislativa concorrente de todos os entes federados (art. 219-B):

Art. 219-B. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais do SNCTI.

**§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades.**

O federalismo de cooperação brasileiro pauta-se pelo respeito à autonomia dos entes federados, decorrência do processo de descentralização política. Na conformação federativa de terceiro grau, a União, os Estados-membros, os Municípios e o Distrito Federal possuem competências administrativas e legislativas delineadas no texto da Constituição, consagrando verdadeira fórmula de divisão de centros de poder no Estado Democrático de Direito.

Seguindo o modelo de repartição de competência legislativa, traçado pelo art. 24, § 1.º a 3.º, da CF, compete à União dispor sobre normas gerais e, aos Estados e ao Distrito Federal, tratar sobre o tema de forma supletiva ou suplementar.

A União, valendo-se dessa competência legislativa, editou a Lei nº 13.243/2016, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, observada a seguinte diretriz (art. 2º):

VI - estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de **parques e polos tecnológicos no País**;

Desse modo, podem os Estados e o Distrito Federal legislar em forma complementar para atender peculiaridades locais, mas sem perder de vista a lei federal editada pela União. Consoante jurisprudência do STF, na distribuição de competência legislativa, deve-se prestigiar o federalismo cooperativo e as iniciativas regionais e locais (Supremo Tribunal Federal. Plenário. ADI 4.060/SC. Relator: Ministro Luiz Fux. 25/2/2015, unânime. DJe de 4/05/2015), a fim de que pormenorizem normas gerais e supram lacunas existentes na lei nacional.

Trata-se de legítimo exercício da competência concorrente, nos limites dos arts. 23, 24, e 219-B da Constituição, inexistindo vícios de constitucionalidade formal orgânica.

No que concerne à análise de compatibilidade material com a Carta Magna, o fomento estatal à criação de parques industriais, objetivando o desenvolvimento científico e tecnológico, é legítimo e conta com previsão constitucional (CF/88):

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

§ 2º A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 5º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

§ 6º O Estado, na execução das atividades previstas no caput, estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas de governo.

§ 7º O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no caput.

Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia.

Em outra passagem, a Constituição Federal autoriza forma indireta de intervenção do Estado na ordem econômica, por intermédio do fomento (art. 174). Dessa maneira, cabe ao Estado exercer, na forma da lei, as funções de planejamento, fiscalização e incentivo da atividade econômica. Para Rafael Carvalho de Rezende:

O fomento público pode ser definido como incentivos estatais, positivos ou negativos, que induzem ou condicionam a prática de atividades desenvolvidas em determinados setores econômicos e sociais, com o intuito de satisfazer o interesse público (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. Método)

Trata-se, em suma, de projeto de lei que busca catalisar a ação coordenada das instâncias políticas (estadual e municipal) e dos entes privados, a fim de promover o desenvolvimento econômico, político, social e ambiental de Santa Catarina.

Em seu artigo primeiro, cuida de elencar as diretrizes para concretizar o programa de estímulo à criação dos parques industriais. Na sequência, estabelece a incumbência de atuação



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**



conjunta do Poder Executivo estadual e municipal, englobando associações municipais e o setor produtivo e industrial (art. 2º a 4º).

Contém ainda previsão de parcerias entre os órgãos públicos e privados (art. 6º), notadamente por meio de compartilhamento e permissão de uso de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações.

Harmoniza-se, portanto, com os instrumentos de cooperação previstos no art. 219-A da CF/88:

Art. 219-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei.

Digna de nota é a previsão do art. 4º, §2, I e III, do PL, que abaixo se repete:

Art. 4º O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento e as ICTs poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

§ 2º Para os fins previstos no caput o **Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento, as respectivas agências de fomento e as ICTs públicas poderão:**

I - **ceder o uso de imóveis** para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, diretamente às empresas e às ICTs interessadas ou por meio de entidade com ou sem fins lucrativos que tenha por missão institucional a gestão de parques e polos tecnológicos e industriais e de incubadora de empresas, mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, na forma de regulamento;

III - **efetivar por meio de cessões, doações ou alienações, a disponibilidade de áreas para a criação e efetivação de parques industriais no Estado de Santa Catarina.**

O dispositivo concede, em síntese, autorização para que o Poder Público ceda o uso de imóveis públicos, bem como autorização para negociar, por meio de cessões, doações ou alienações, imóveis para a criação e efetivação de parques industriais no Estado de Santa Catarina.

Ocorre que, nos termos do art. 12, § 1º, da Constituição Estadual, a doação ou utilização gratuita de bens imóveis depende de prévia autorização legislativa.

Analisando o dispositivo em sede de controle concentrado (ADI 3594), o Supremo Tribunal Federal manteve a validade da regra constitucional que submete à autorização prévia da Assembleia Legislativa a utilização gratuita de bens imóveis do Estado.

Entre outros pontos, sustentava-se, na ADI, que a regra do artigo 12, parágrafo 1º, da Constituição estadual ofenderia a competência privativa da União para disciplinar, por meio de norma geral, a disposição de bens públicos e afrontaria o princípio da separação dos Poderes,



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

engessando o Executivo no trato das questões relativas à administração dos bens imóveis pertencentes ao Estado.

Em seu voto, a relatora, Ministra Cármen Lúcia, afastou esses argumentos. Para ela, a ausência do recebimento de valores que poderiam reverter para o próprio Estado e, de forma reflexa, para os cidadãos levaram os constituintes estaduais a estabelecer que os poderes Legislativo e Executivo deveriam compartilhar a responsabilidade da decisão de destinação gratuita dos bens imóveis.

Assim, para a relatora, a regra não esvazia nem compromete a atuação autônoma do Executivo:

“O patrimônio estadual é do povo de cada ente federado. O cuidado com ele é atribuição, no espaço constitucional e legal estabelecido, de cada um e de todos os Poderes”.

É que, por meio de bens públicos imóveis dados em utilização gratuita, podem ser feitos “favores ilegítimos” que comprometam o patrimônio estadual, facilitando eventuais transações ilegais ou inaceitáveis. Por isso, reputou-se legítimo que o constituinte estadual eleja um modelo que some responsabilidades dos Poderes e acrescente segurança ao cidadão, titular do patrimônio administrado pelos agentes públicos.

No mesmo sentido, confira-se outra passagem da Constituição estadual:

Art. 39. Cabe a Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente sobre:

IX - aquisição, administração, alienação, arrendamento e cessão de bens imóveis do Estado;

Assim, estabelecida a necessidade de autorização legislativa para a utilização gratuita e para a negociação de bens imóveis públicos do Estado, convém observar o exposto no Parecer nº 073/2021-PGE, da lavra do Procurador do Estado Dr. André Filipe Sabetzki Boeing (Processo SGPE COHAB 944/2019).

A opinião jurídica manifestada foi no sentido de que a concessão parlamentar deve ser específica, indicando os imóveis a serem negociados pelo Poder Executivo, não tendo cabimento uma autorização legislativa genérica, sob pena de violação à separação dos Poderes.

Transcrevo, por oportuno, as razões lançadas no parecer supra referido:

A autorização legislativa não pode ser de cunho genérico, sem a especificação de cada bem imóvel a ser doado, sob pena de caracterização de delegação de função legislativa, em ofensa ao princípio da separação dos poderes (CRFB, art. 2º).

Veja-se, nessa linha, a ADI 425, ementada, para o que aqui interessa, nestes termos:

[...]. 5. Lei 215/90. Ofensa ao princípio da separação dos Poderes por norma que atribui ao Governador autorização para dispor, segundo sua conveniência, de bens públicos do Estado, sem especificá-los. Instrumento anômalo de delegação de poderes. Inobservância do processo legislativo concernente às leis delegadas. Ação, no ponto, julgada procedente. [...] (ADI 425, Relator(a): MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, julgado em 04/09/2002, DJ 19-12-2003 PP-00062 EMENT VOL-02137-01 PP-00014) [Grifou-se]



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**



Transcreve-se o seguinte excerto do voto do relator, Ministro Maurício Corrêa:

[...] A Medida Provisória 64/90, convertida na Lei 215/90, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar quaisquer bens do Estado, móveis ou imóveis, sem especificá-los, ofende os princípios constitucionais sensíveis (CF, artigos 2º, 25 e 34, IV), como aliás bem anotado no parecer do Ministério Público Federal (fls. 688/697). 35. Com efeito, a competência outorgada ao Governador, por meio de norma genérica, votada pela Assembléia Legislativa, constitui forma de violação ao princípio da separação dos Poderes de que cuidam os artigos 2º e 60, § 4º, da Constituição Federal, porquanto lhe atribui contínua autorização para a disponibilidade de bens públicos do Estado. 36. Ora, essa delegação traduz-se em anômalo instrumento para dispor da coisa pública, de maneira permanente e segundo a vontade pessoal e exclusiva do Governador. [Grifou-se]

A despeito de dinamizar o processo de fomento estatal, surge inconstitucional a opção do legislador (art. 4º, §2, I e III, do PL), uma vez que estaria o Parlamento se exonerando, de forma genérica, da incumbência constitucional de autorizar a negociação e o uso gratuito dos bens imóveis públicos.

Sob outro viés, a proposta incide igualmente em inconstitucionalidade, uma vez que o legislador estadual parece pretender dispor também de imóveis públicos municipais. Com efeito, na forma em que redigido, o art. 4º, §2, I e III, do PL permite interpretação no sentido de que se está a autorizar que a administração municipal negocie e ceda o uso de seus imóveis no âmbito do programa de fomento à criação de parques industriais, independentemente de autorização por parte da Câmara de Vereadores.

Verifica-se excesso por parte do parlamentar estadual, uma vez que a previsão usurpa a competência do Poder Legislativo local, ofendendo a autonomia do Município para dispor sobre seus bens (art. 18, *caput*, da CF/88). Viola-se ainda princípio constitucional sensível, o que caracteriza fundamento jurídico para a intervenção federal no Estado membro (art. 34, *caput* e VII, alínea 'c').

Pelos motivos acima explicitados, vislumbra-se inconstitucionalidade material no ato parlamentar.

Sob o enfoque orçamentário, registre-se que não se constata a criação ou o aumento de despesa como decorrência do PL, não se aplicando, portanto, a exigência constitucional de indicação da dotação orçamentária que dará suporte ao início do programa (art. 123, I, da Carta Estadual).

De acordo com o princípio orçamentário da proibição de estorno de verbas, é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (CF, art. 167, VI). Contudo, a Emenda Constitucional nº 85 de 2015 trouxe uma exceção ao princípio da proibição de estorno de verbas ao acrescentar o § 5º no art. 167 da CF/88, segundo o qual:

**"§ 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo."**

Cuida-se de exceção aplicável à matéria objeto do presente PL, o que se compatibiliza, inclusive, com a previsão do art. 7º, que delega ao Poder Executivo a atribuição de regulamentar a



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

proposição legislativa. Assim, com o desiderato de implementar a política pública no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, o Chefe do Poder Executivo se encontra autorizado a realocar os recursos orçamentários de uma categoria de programação para a outra, ou de um órgão para o outro, sem necessidade de prévia autorização do Poder Legislativo.

No que concerne à análise de legalidade, a proposição legislativa estadual se compatibiliza com a norma nacional pertinente (Lei nº 10.973/2004, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.243/2016), que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.

O PL cuida de reproduzir, ao longo de seus dispositivos, redação semelhante à encontrada na Lei nº 10.973/2004, não necessitando de maiores digressões. Contudo, inova em relação à norma nacional ao prever a possibilidade de o Poder Público realizar cessões, doações ou alienações a fim de disponibilizar áreas para criar e efetivar os parques industriais, tema que já foi objeto de análise no presente opinativo quando da verificação de compatibilidade material com a Constituição Federal.

**CONCLUSÃO**

Isto posto, opina-se:

a) pela inconstitucionalidade do art. 4º, §2, I e III, do Projeto de Lei nº 0221.1/2021 por ofensa à separação dos Poderes (CRFB, art. 2º) e violação à autonomia municipal (art. 18, *caput*, e art. 34, *caput* e VII, alínea 'c', ambos da CF/88);

b) pela inexistência de outros óbices constitucionais ou legais à tramitação do Projeto de Lei nº 0221.1/2021, que "Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina".

É o parecer.

**TÁRCIO AURÉLIO MONTEIRO DE MELO**

**Procurador do Estado**



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **3C0D0KF0**



Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**TARCIO AURELIO MONTEIRO DE MELO** (CPF: 007.XXX.124-XX) em 15/07/2021 às 16:39:01

Emitido por: "SGP-e", emitido em 24/05/2021 - 16:29:11 e válido até 24/05/2121 - 16:29:11.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NDXzEwMDY4XzAwMDEyNDUzXzEyNDYzXzlwMjFfM0MwRDBLRjA=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCC 00012453/2021** e o código **3C0D0KF0** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

**DESPACHO**

**Referência:** SCC 12453/2021

**Assunto:** Consulta sobre o pedido de diligência ao Projeto de Lei nº 0221.1/2021.

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

De acordo com o parecer exarado pelo Procurador do Estado, Dr. Tércio Aurélio Monteiro de Melo, pelos próprios fundamentos, cuja ementa está assim lançada:

**Ementa:** Pedido de diligência. ALESC. Projeto de Lei nº 0221.1/2021, que "Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina". Norma programa. Política Pública. Ausência de vício de iniciativa. Constitucionalidade formal subjetiva. Fomento às atividades de ciência, tecnologia e inovação. Emenda Constitucional nº 85/2015. Competência legislativa concorrente dos entes federados. Constitucionalidade formal orgânica. Estimulo à criação de parques industriais. Autorização parlamentar para cessão de uso de imóveis públicos e efetivação de disponibilidade de áreas. Violação à separação dos poderes. Ofensa à autonomia municipal. Inconstitucionalidade material. Compatibilidade orçamentária com a Constituição. Ausência de vícios de legalidade.

À consideração .

Florianópolis, data da assinatura digital.

**SÉRGIO LAGUNA PEREIRA**  
**Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos**  
**Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, designado**



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **MD9X337K**



Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**SÉRGIO LAGUNA PEREIRA** em 15/07/2021 às 16:48:51

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:07:26 e válido até 13/07/2118 - 15:07:26.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NDXzEwMDY4XzAwMDEyNDUzXzEyNDYzXzlwMjFtTUQ5WDMzN0s=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCC 00012453/2021** e o código **MD9X337K** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL**

**DESPACHO**

**Referência:** SCC 12453/2021

**Assunto:** Consulta sobre o pedido de diligência ao Projeto de Lei nº 0221.1/2021.

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

1. Acolho o **Parecer nº 347/21-PGE** da lavra do Procurador do Estado, Dr. Tércio Aurélio Monteiro de Melo.
2. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Assuntos Legislativos (DIAL).

Florianópolis, data da assinatura digital.

**ALISSON DE BOM DE SOUZA**  
Procurador-Geral do Estado



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **A0A43X0L**



Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**ALISSON DE BOM DE SOUZA** (CPF: 040.XXX.369-XX) em 15/07/2021 às 19:19:58

Emitido por: "Autoridade Certificadora SERPRORFBv5", emitido em 23/03/2020 - 14:33:12 e válido até 23/03/2023 - 14:33:12.

(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NDXzEwMDY4XzAwMDEyNDUzXzEyNDYzXzlwMjFfQTBBNDNYMEw=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCC 00012453/2021** e o código **A0A43X0L** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Ofício Conjunto DCTI/DIEC nº 1184/2021  
Processo SCC 12454/2021

Florianópolis, 08 de julho de 2021.

Assunto: **Manifestação sobre Projeto de Lei**

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, em atenção ao Despacho COJUR/SDE nº 193/2021, constante no Processo SCC nº 12454/2021, vimos manifestar a opinião da Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovações (DCTI) e da Diretoria de Empreendedorismo e Competitividade (DIEC) acerca do Projeto de Lei nº 221.1/2021 constante no Processo SCC 12380/2021, que **“Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina”**.

Primeiramente, cabível mencionar que a Constituição da República teve uma alteração importante na Política de Ciência, Tecnologia e Inovação por meio da Emenda Constitucional nº 85/2015. A política passa, então, a ser promovida e incentivada pelo poder público dos diferentes entes federados, e possibilita diferentes parcerias com entes públicos e privados para a difusão, criação e transferência de tecnologia.

A partir dessa Emenda Constitucional, houve a atualização da Lei de Inovação (Lei nº 10.973 de 2004), por meio da Lei nº 13.243 de 2016, denominado de Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação que introduziu uma série de atividades a serem executadas pelos Estados e Municípios.

Em que pese a bela iniciativa do PL 0221.1/2021, é cabível mencionar que adaptou trechos da Lei nº 13.243 de 2016 para aplicação em âmbito estadual no que tange a criação de parques industriais.

Contudo, já existe PL tramitando sob o processo DSUST 00003283/2020 o qual consideramos mais abrangente, uma vez que “Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação no Estado de Santa Catarina” e, possivelmente, figurará como o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Catarina.

Isso porquê, o PL que tramita no processo DSUST 00003283/2020 não limitou-se apenas na estimulação na criação de Parques Industriais, mas sim, de forma mais abrangente a mobilização e difusão do desenvolvimento econômico e social, por meio de redes de inovação existentes ou com a articulação para criação de novas redes.

Imperioso ainda apontar que, na elaboração do anteprojeto de lei que tramita no processo DSUST 00003283/2020, foi amplamente discutida por todas as 40 entidades que fazem parte do Pacto pela Inovação, sendo revisada por um grupo de trabalho com membros da SDE, FAPESC, UDESC, OAB, além de instituições privadas, acreditando-se que, em relação ao tema especificamente técnico, a minuta já foi exaustivamente debatida, estando em



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL



consonância com as diretrizes nacionais e estaduais, bem como, com os objetivos do Estado de Santa Catarina.

Destacamos que o anteprojeto de lei (DSUST 0003283/2020) será enviado a Assembleia Legislativa de Santa Catarina para apreciação e possíveis inclusões e alterações do texto, momento em que poderá ser oportuno inserir pontos específicos para a matéria de parques tecnológicos industriais. Consideramos que inovação é uma fonte de desenvolvimento econômico e que a apresentação de matéria por parte da ALESC demonstra como é relevante para o desenvolvimento econômico sustentável de Santa Catarina.

Por fim, cabível ressaltar que a DCTI está em fase final de elaboração de projeto de Decreto para ser submetido à análise do Estado, para fins de formalização da Rede Catarinense de Centros de Inovação, a qual irá alavancar ainda mais a transformação do conhecimento em tecnologia e inovação. O papel do poder público nesse meio não se restringe às universidades e laboratórios de pesquisa, mas envolve a mobilização e difusão do conhecimento pela economia, exatamente o objetivo da Rede Catarinense de Centros de Inovação.

Dessa forma, a DCTI e a DIEC manifestam-se desfavoravelmente à minuta do Projeto de Lei n. 0221.1/2021 presente no processo SGPE: SCC 00012380/2021, uma vez que já existe um PL em trâmite (DSUST 00003283/2020) que abarca a matéria trazida pelo referido PL, para que não haja diversas leis tratando da mesma matéria, bem como, foi amplamente debatida previamente com diversas instituições, estando em perfeita harmonia com as alterações na legislação federal e de acordo com o interesse público para a política de inovação e para o Estado de Santa Catarina.

Respeitosamente

**MORIS CLEBER KOHL**

Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovações  
*Assinado digitalmente*

**CARLOS ALBERTO ARNS FILHO**

Diretor de Empreendedorismo e Competitividade  
*Assinado digitalmente*

Ao Senhor

**ANDERSON MIGUEL CHAVES DE CORDEIRO**

Consultor Jurídico

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDE



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **H47RG91U**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **MORIS CLEBER KOHL** em 08/07/2021 às 14:38:36  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 16/06/2021 - 16:53:31 e válido até 16/06/2121 - 16:53:31.  
(Assinatura do sistema)

✓ **CARLOS ALBERTO ARNS FILHO** em 08/07/2021 às 15:02:11  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 31/03/2021 - 16:45:56 e válido até 31/03/2121 - 16:45:56.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NDXzEwMDY4XzAwMDEyNDU0XzEyNDY0XzlwMjFfSDQ3Ukc5MVU=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCC 00012454/2021** e o código **H47RG91U** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSULTORIA JURÍDICA

**PARECER N° 115/2021**  
**PROCESSO SCC 12454/2021**



**PEDIDO DE DILIGÊNCIA. PROJETO DE LEI N° 0221.1/2021, QUE "CRIA O PROGRAMA DE ESTÍMULO À CRIAÇÃO DE PARQUES INDUSTRIAIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA". ANÁLISE NOS TERMOS DO ART. 19 DECRETO N° 2.382, DE 28 DE AGOSTO DE 2014. REGULARIDADE DO PROCESSO.**

Trata-se de pedido de diligência oriundo da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), a respeito do Projeto de Lei (PL) n° 0221.1/2021, de origem parlamentar, que "Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina", a fim de colher manifestação desta Pasta, nos termos do art. 19 do Decreto n° 2.382, de 14 de agosto de 2014.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a presente manifestação<sup>1</sup>, fica adstrita aos aspectos gerais do processo, em função da necessidade de uniformização dos atos jurídicos, nos termos dos arts. 4º, I e 13, do Decreto n° 724, de 18 de outubro de 2007, uma vez que a Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina (PGE) foi consultada quanto à legalidade e constitucionalidade do tema.

Por sua vez, o posicionamento acima mencionado se fundamenta tão somente nos elementos constantes dos autos, apoiando-se no entendimento das áreas técnicas desta Pasta, afetadas à matéria, as quais possuem competência para emitir opinião conclusiva acerca do tema.

O Projeto de Lei visa, em síntese, criar o Programa de

<sup>1</sup> Enunciado n° 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU: "o órgão consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade".



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado, apresentar as Ações do Programa, definir e conceituar, dispor sobre fomentos, estímulos e apoios, bem como sobre atores envolvidos e os direcionamentos do Programa.

A autora da proposta, Deputada Paulinha, expôs na justificativa do Projeto de Lei que o objetivo é "propiciar o desenvolvimento econômico, político, social e ambiental de Santa Catarina", por meio de "fornecimento de utensílios pelo poder público que possibilitem as ações coordenadas do setor produtivo" de modo a impulsionar a produção industrial no Estado.

Em razão do mérito da proposta legislativa, foram instadas a Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovação (DCTI) e Diretoria de Empreendedorismo e Competitividade (DIEC), ambas desta Pasta, as quais, conjuntamente, manifestaram-se desfavoráveis ao Projeto de Lei, conforme os termos exarados no Ofício Conjunto DCTI/DIEC n° 1184/2021, por entenderem que o assunto versado na iniciativa do PL n° 0221.1/2021, ainda que louvável, traz matérias, definições e outros arranjos já em discussão em minuta de Anteprojeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, nos termos dos autos do Processo n° DSUST 3283/2020.

Ademais, necessário destacar, nesse sentido, que o Projeto de Lei em análise, em tese, possui pontos que não harmonizam com a Lei n° 14.328, de 15 de janeiro de 2008, que "Dispõe sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no Estado de Santa Catarina e adota outras providências". Tais incompatibilidades podem abrir lacunas na execução das políticas de Inovação, Ciência e Tecnologia no Estado.

Em especial, cita-se que na proposta n° 0221.1/2021, as definições apresentadas no do art. 2º, parágrafo único, incisos III,



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**



V, VI e VIII, podem conflitar com os incisos XII, IV, VI e XI, do art. 2º da Lei 14.328, de 2008, colacionam-se:

**Projeto de Lei nº 0221.1/2021**

III - incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;

V - Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;

VI - Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei;

VIII - parque tecnológico: complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICTs, com ou sem vínculo entre si;

**Lei 14.328, de 15 de janeiro de 2008:**

XII - Incubadora de Empresas: organização ou sistema que estimula e apóia a criação e o desenvolvimento de empresas inovadoras, por meio do provimento de infra-estrutura básica compartilhada, da formação complementar do empreendedor e do suporte para alavancagem de negócios e recursos, visando facilitar os processos de inovação tecnológica e a competitividade;

IV - Instituições Científicas e Tecnológicas do Estado de Santa Catarina - ICTESC: órgão ou entidade da Administração Pública do Estado de Santa Catarina que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico;

VI - Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT: unidade de uma ICTESC constituída com a finalidade de orientar as atividades de inovação de interesse interno ou da sociedade;

XI - Parque Tecnológico: complexo de organizações empresariais, científicas e tecnológicas estruturadas de maneira planejada, concentrada e cooperativa para promover a cultura e a prática da inovação, a competitividade empresarial e a geração de riquezas



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

por meio da criação e fortalecimento de empresas inovadoras e da interação com Centros de Pesquisa e Desenvolvimento e com Instituições Científicas e Tecnológicas;

Assim, o PL nº 0221.1/2021 traz definições já existentes em legislação estadual vigente, porém, com pequenos contrastes, podendo ocasionar confrontos na interpretação e execução da mencionada Lei.

Outrossim, a proposta legislativa nº 0221.1/2021, traz em seu bojo a criação de Programa e Ações, além de outras medidas apresentadas em seus dispositivos, o que, eventualmente, poderá invadir as competências privativas do Governador do Estado e as atividades próprias do Administrador Público na construção de políticas e gestão, de modo que, em princípio, aparenta ferir a harmonia entre os poderes, como dispõem o artigo 32<sup>2</sup> c/c art. 71<sup>3</sup>, inciso III e alínea "a)" do inciso IV, todos da Constituição do Estado.

Observa-se que a proposta nº 0221.1/2021 não se limitou à criação do programa, ao contrário, parece impor obrigações ao Poder Executivo, tais como consta da redação dos arts. 3º e 4º.

A criação de programas com previsão de obrigações aos órgãos estaduais é atividade administrativa, representativa de atos de gestão, de escolha política para a satisfação das necessidades essenciais coletivas, atuação privativa do Poder Executivo.

Quando o Poder Legislativo atua, sob sua iniciativa, de forma direta, como é o caso, ao criar atribuições a órgãos ou entidades

<sup>2</sup> Art. 32. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único. Salvo as expressas exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar competências.

<sup>3</sup> Art. 71. São atribuições privativas do Governador do Estado: [...]

III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

IV - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**



Governo, na área de competência de outro Poder, *in casu*, do Executivo, incorre em ingerência, dando ensejo à inconstitucionalidade da norma.

Sobre o tema, o STF já decidiu que:

*"O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. (...) Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgride o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação ultra vires do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais."*

Ainda nesse sentido, a ADI nº 2.443-MC/RS:

*Compete privativamente ao Poder Executivo (CF, alínea e do inciso II do § 1º do artigo 61) a iniciativa de projeto de lei que confere atribuição a órgãos subordinados ao Governador do Estado. [ADI 2.443-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgado em 7-6-01, DJ 29-8-03].*

Na mesma linha, o art. 7º do PL nº 0221.1/2021<sup>4</sup>, ao direcionar a obrigação para o Chefe do Poder Executivo regulamentar a proposta no prazo de 90 (noventa) dias, aparentemente, invade a esfera do Executivo. Sobre o tema, é o julgado da Corte Superior:

*"Trata-se de ação direta na qual se pretende seja declarada inconstitucional lei amazonense que dispõe sobre a realização gratuita do exame de DNA. (...) Os demais incisos do art. 2º, no entanto, não guardam compatibilidade com o texto constitucional. (...) No caso, no entanto, o preceito legal marca prazo para que o Executivo exerça função regulamentar de sua atribuição, o que ocorre amiúde, mas não deixa de afrontar o princípio da interdependência e harmonia entre os Poderes. A determinação de prazo para que o chefe do Executivo exerça função que lhe incumbe originariamente, sem que expressiva de dever de regulamentar, tenho-a por inconstitucional. (...) Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido formulado e declaro inconstitucionais os incisos I, III e IV, do art. 2º, bem como a expressão "no prazo de sessenta dias a contar da sua publicação", constante do caput do art. 3º da Lei 50/2004 do Estado do Amazonas." (ADI 3.394, voto do rel. min. Eros Grau, j. 2-4-2007, P, DJE de 15-8-2008.) (grifou-se)*

<sup>4</sup> Fl. 8 dos autos do Processo SCC 12380/2021.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

Portanto e apesar de não ser tema central desta análise, aparentemente, em relação à constitucionalidade material, em princípio, há incompatibilidade entre a Constituição Estadual e o Projeto de Lei ora em análise. De igual modo, como apresentado alhures, verifica-se, em tese, que, aparentemente, há conflito entre o PL nº 0221.1/2021 e a Lei nº 14.328, de 2008, em razão de não harmonização.

Ante o exposto e dentro dos limites de atribuição desta Pasta, opino<sup>5</sup> pela regularidade do presente processo, recomendando ao Senhor Secretário que, ao considerar as manifestações técnicas acima mencionadas, se posicione de forma contrária ao Projeto de Lei nº 0221.1/2021.

É o parecer, que submeto à superior consideração.

Florianópolis, 16 de julho de 2021.

*(assinado digitalmente)*

**ANDERSON MIGUEL CHAVES DE CORDEIRO**  
Consultor Executivo<sup>6</sup>

<sup>5</sup> A função do Advogado Público (ou assessor jurídico) quando atua em órgão jurídico de consultoria da Administração é, de quando consultado, emitir uma peça (parecer) técnico-jurídica proporcional à realidade dos fatos, respaldada por embasamento legal, não podendo ser alçado à condição de administrador público, quando emana um pensamento jurídico razoável, construído em fatos reais e com o devido e necessário embasamento legal. (TRF1, AG 0003263-55.2012.4.01.0000 / AM - 08/03/2013 - Desembargadora Federal Monica Sifuentes.

<sup>6</sup> Portaria SDE nº 460/2021, de 12 de julho de 2021 - OAB/SC 32.977.



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **RNFB2828**



Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**ANDERSON MIGUEL CHAVES DE CORDEIRO** em 16/07/2021 às 20:29:04  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:46:39 e válido até 30/03/2118 - 12:46:39.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NDXzEwMDY4XzAwMDEyNDU0XzEyNDY0XzlwMjFfUk5GQjl4Mjg=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCC 00012454/2021** e o código **RNFB2828** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
GABINETE DO SECRETÁRIO

Ofício GABS nº 1251/2021  
Processo SCC 12454/2021

Florianópolis, 16 de julho de 2021.

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos do Ofício nº 1097/CC-DIAL-GEMAT, que encaminha para análise e manifestação o Projeto de Lei (PL) nº 0221.1/2021, que "Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina", oriundo da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), sirvo-me do presente para encaminhar a manifestação desta Pasta, por meio do Ofício Conjunto DCTI/DIEC nº 1184/2021, oriundo da Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovação e da Diretoria de Empreendedorismo e Competitividade, e do Parecer nº 115/2021, oriundo da Consultoria Jurídica, cujos teores ratifico, posicionando-me, dentro do escopo das competências desta Secretaria, de forma contrária ao PL nº 0221.1/2021.

No mais, coloco-me à disposição para eventuais novos esclarecimentos.

Atenciosamente,

*(assinado digitalmente)*

**LUCIANO JOSÉ BULIGON**  
Secretário de Estado

Senhor  
**IVAN S. THIAGO DE CARVALHO**  
Diretor de Assuntos Legislativos  
Casa Civil  
Nesta



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **QP044KR1**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **LUCIANO JOSE BULIGON** em 16/07/2021 às 20:31:50  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 09/02/2021 - 14:04:29 e válido até 09/02/2121 - 14:04:29.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NDXzEwMDY4XzAwMDEyNDU0XzEyNDY0XzlwMjFfUVAwNDRLUjE=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCC 00012454/2021** e o código **QP044KR1** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.





## DEVOLUÇÃO

Após respondida a diligência, usando os atributos do Regimento Interno em seu artigo 142, devolve-se o presente Processo Legislativo PL./0221.1/2021 para o Senhor Deputado Coronel Mocellin, para exarar relatório conforme prazo regimental.

Sala da Comissão, em 31 de agosto de 2021

Alexandre Luiz Soares  
Chefe de Secretaria





## REDISTRIBUIÇÃO

Faça-se a remessa dos autos do Processo Legislativo nº PL./0221.1/2021, pelo princípio de REDISTRIBUIÇÃO, aa Senhora Deputada Ana Campagnolo, Membro desta Comissão, por ter sido designado RELATOR, com base no artigo 128, inciso VI, do Regimento Interno, pelo(a) Sr(a). Dep. Milton Hobus, Presidente da Comissão.

Informa-se que o prazo regimental final para apresentação do relatório expira no dia não definido.

Sala da Comissão, em 3 de setembro de 2021

  
Alexandre Luiz Soares  
Chefe de Secretaria



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 0221.1/2021

“Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.”

**Autora:** Deputada Paulinha

**Relatora:** Deputada Ana Caroline Campagnolo

### I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 0221.1/2021 de autoria da Deputada Paulinha, que “Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.”

O Projeto de Lei foi lido no Expediente desta Casa Legislativa no dia 15 de junho de 2021, sendo posteriormente encaminhado para esta Comissão, na qual foi designado como Relator o Deputado Coronel Mocellin.

Foi efetuado Requerimento de diligência, o qual foi respondido no dia 31 de agosto de 2021. O Projeto foi redistribuído por nova composição da comissão e encaminhado à mim para apresentar parecer.

É o breve relatório.

### II – VOTO

Inicialmente destaco a nobre iniciativa da Deputada proponente, entretanto, conforme se extrai das diligências efetuadas e após análise das respostas, ficou evidenciado que o Projeto de Lei em questão atende ao interesse público no tocante ao seu mérito, e é, em sua maior parte, constitucional.

De acordo com a Consultoria Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado, inexistem óbices constitucionais ou legais à tramitação deste Projeto de Lei,



exceto pelos seus incisos I e III do §2º do Art. 4º que configuram ofensa à separação dos Poderes (CRFB, art. 2º) e violação à autonomia municipal (art. 18, *caput*, e art. 34, *caput* e VII, alínea 'c', ambos da CF/88)

Pelo exposto, com base nos regimentais arts. 72, I e XV, 144, I, parte inicial, 145, *caput* (competência exclusiva da CCJ e da CFT para examinarem pareceres terminativos da tramitação de proposições, admitindo sua continuidade, ou não), 209, I, parte final, e 210, II, voto, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, pela **APROVAÇÃO** da continuidade da regimental tramitação do Projeto de Lei nº 0221.1/2021 nos termos da **EMENDA SUPRESSIVA ANEXA**.

Sala da Comissão,

Deputada Ana Campagnolo  
Relatora



Página 53. Versão eletrônica do processo PL./0221.1/2021.  
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprime o incisos I do § 2º do Art. 4º do Projeto de Lei nº 0221.1 de 2021 que Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina“

Fica suprimido o inciso III do §2º do Art. 4º do Projeto de Lei nº 0221.1/2021:

“Art. 4º.....

.....

§2º.....

.....

I - .....

.....

II - .....

.....

**III - Suprimido**

Sala das comissões,

**ANA CAMPAGNOLO**  
**Deputada Estadual**



## PEDIDO DE VISTA

Sobrestou-se a deliberação do Processo Legislativo nº PL./0221.1/2021, em virtude do PEDIDO DE VISTA, concedido com base no art. 130, inciso XII, do Regimento Interno (Resolução nº 001/2019).

Em conseqüência, faça-se a remessa dos presentes autos ao requerente, o Senhor Deputado José Milton Scheffer, que tem como prazo máximo o dia não definido, para manifestação, conforme preceito regimental previsto no art. 140, parágrafo 2º.

Sala da Comissão, em 19 de outubro de 2021

  
P/ Alexandre Luiz Soares  
Chefe de Secretaria



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COMISSÃO DE  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



### FOLHA DE VOTAÇÃO

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, nos termos dos artigos 146, 149 e 150 do Regimento Interno,

- aprovou  unanimidade  com emenda(s)  aditiva(s)  substitutiva global  
 rejeitou  maioria  sem emenda(s)  supressiva(s)  modificativa(s)

RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) ANA CAMPAGNOLO, referente ao

Processo PL./0221.1/2021, constante da(s) folha(s) número(s) 33 A 35.

OBS.:

Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Milton Hobus	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Ana Campagnolo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>Dep. Fuxi Lopes</i> Dep. Fabiano da Luz	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. João Amin	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. José Milton Scheffer	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Maurício Eskudlark	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Moacir Sopelsa	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Paulinha	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Valdir Cobalchini	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Reunião ocorrida em 26/10/2021  
  
Coordenadoria das Comissões  
Evandro Carlos dos Santos



## TERMO DE REMESSA

Tendo a Comissão de Constituição e Justiça, em sua reunião de 26 de outubro de 2021, exarado Parecer FAVORÁVEL com APROVAÇÃO da(s) emenda(s) Supressiva(s) ao Processo Legislativo nº PL./0221.1/2021, referente ao seu campo temático, procede-se a remessa dos autos à Coordenadoria das Comissões para que se dê curso à tramitação do feito nos termos regimentais.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2021

  
Alexandre Luiz Soares  
Chefe de Secretaria



## DISTRIBUIÇÃO

O Senhor Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão, designou RELATOR do Processo Legislativo nº PL./0221.1/2021, o Senhor Deputado Silvio Dreveck, Membro desta Comissão, com base no artigo 130, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução nº 001/2019).

Em consequência, faça-se a remessa dos autos do Processo Legislativo acima citado ao Senhor Relator designado, observando o cumprimento do prazo regimental.

Sala da Comissão, em 27 de outubro de 2021

*Jéssica Camargo Geraldo*  
Chefe de Secretaria de  
Comissão Permanente

*Jéssica Camargo Geraldo*  
Chefe de Secretaria



## RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI N. 0221.1/2021

**EMENTA:** Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

**AUTOR:** Deputada Paulinha

**RELATOR:** Deputado Silvio Dreveck

### I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 0221.1/2021 de autoria da Deputada Paulinha que visa criar o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

A justificativa, em suma, trazia pela autora do Projeto de Lei é ser:

[...] notória a necessidade da criação de um programa de incentivo de âmbito estadual, que vise estimular a produção industrial no Estado, sobretudo através do fornecimento de utensílios pelo poder público que possibilitem as ações coordenadas do setor produtivo.[...](Fl. 6 dos autos digitais);

Submetido a Comissão de Constituição e Justiça foi designado inicialmente relator o Deputado Cel. Mocelin que requereu diligências à Procuradoria Geral do Estado, à Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável, e à FECAM.



Em resposta, a PGE manifestou não haver óbice legal ou constitucional ao Projeto de Lei, exceto pelos incisos I e III do §2º do art. 4, os quais no seu entender são inconstitucionais, em razão de:

- 1- Ofender o princípio da separação dos Poderes, porquanto o dispositivo supracitado do PL autoriza o chefe do Poder Executivo a doar ou ceder bens públicos sem especificar quais, ao passo que o STF já decidiu na ADI 425 ser necessário especificar qual bem específico o Poder Legislativo autoriza o Executivo a dispor.
- 2- E ainda, por ofender a autonomia municipal, ao autorizar a cessão e doação de bens municipais, competência essa exclusiva dos legislativos municipais.

A Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável se manifestou contrária ao Projeto de Lei.

A Deputada Ana Campagnolo foi designada nova relatora na Comissão de Constituição e Justiça, tendo apresentado relatório e voto pela admissibilidade do Projeto de Lei com emenda supressiva que suprime os incisos I e III do §2º do art. 4, acatando o entendimento da PGE. Foi acompanhada pela unanimidade dos membros daquela Comissão.

É o breve relatório.

## II - VOTO

Da análise nesta Comissão, há que se observar o que preceituam os arts. 73, II, e 144, II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, quanto aos aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa



pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual.

No Projeto de Lei, ora apresentado, como bem se extrai do parecer da PGE<sup>1</sup>:

Sob o enfoque orçamentário, registre-se que não se constata a criação ou o aumento de despesa como decorrência do PL, não se aplicando, portanto, a exigência constitucional de indicação da dotação orçamentária que dará suporte ao início do programa (art. 123, I, da Carta Estadual).

De acordo com o princípio orçamentário da proibição de estorno de verbas, é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (CF, art. 167, VI).

Contudo, a Emenda Constitucional no 85 de 2015 trouxe uma exceção ao princípio da proibição de estorno de verbas ao acrescentar o § 5º no art. 167 da CF/88, segundo o qual:

"§ 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo."

---

<sup>1</sup> Autos físicos fl.21 frente e verso, digitais doc 4. Resultados de Diligências pgs 19 e 20.



Cuida-se de exceção aplicável à matéria objeto do presente PL, o que se compatibiliza, inclusive, com a previsão do art. 7º, que delega ao Poder Executivo a atribuição de regulamentar a proposição legislativa. Assim, com o desiderato de implementar a política pública no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, o Chefe do Poder Executivo se encontra autorizado a realocar os recursos orçamentários de uma categoria de programação para a outra, ou de um órgão para o outro, sem necessidade de prévia autorização do Poder Legislativo.

Nesse sentido, verifico que o Projeto de Lei, superada a competência da Comissão de Constituição e Justiça para apreciar a constitucionalidade das matérias, está apto ao prosseguimento de seu trâmite nesta Assembleia Legislativa.

Ante o exposto, no que concerne às atribuições desta Comissão de Finanças e Tributação, manifesto-me, com fulcro na inteligência combinada dos arts. 73, II, 144, II, 145, caput, parte final e 209, II, FAVORÁVEL pela continuidade da regimental tramitação do Projeto de Lei nº 0221.1/2021 nos termos da emenda supressiva apresentada na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala da Comissão,

Deputado Silvio Dreveck  
Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COMISSÃO DE  
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO



### FOLHA DE VOTAÇÃO PRESENCIAL

A COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, nos termos dos artigos 146, 149 e 150 do Regimento Interno,

- aprovou unanimidade com emenda(s) aditiva(s) substitutiva global  
rejeitou maioria sem emenda(s) supressiva(s) modificativa(s)

RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) , referente ao

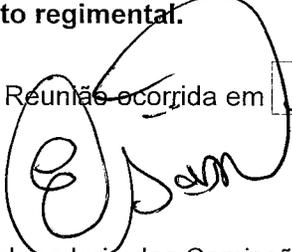
Processo , constante da(s) folha(s) número(s) .

OBS.:

Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Marcos Vieira	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Bruno Souza	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Coronel Mocellin	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Jerry Comper	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Julio Garcia	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Luciane Carminatti	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Marlene Fengler	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Sargento Lima	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Silvio Dreveck	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Reunião ocorrida em

  
Coordenadora das Comissões



## TERMO DE REMESSA

Tendo a Comissão de Finanças e Tributação, em sua reunião de 17 de novembro de 2022, exarado Voto FAVORÁVEL à(s) Emenda(s) Supressiva(s) ao Processo Legislativo PL/0221.1/2021, referente ao seu campo temático, procede-se a remessa dos autos à Coordenadoria das Comissões para que se dê curso à tramitação do feito nos termos regimentais.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 2022

  
Rossana Maria Borges Espezin  
Chefe de Secretaria



## DISTRIBUIÇÃO

O Senhor Deputado Jair Miotto, Presidente da Comissão, designou RELATOR do Processo Legislativo nº PL./0221.1/2021, o Senhor Deputado Bruno Souza, Membro desta Comissão, com base no artigo 130, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução nº 001/2019).

Em consequência, faça-se a remessa dos autos do Processo Legislativo acima citado ao Senhor Relator designado, observando o cumprimento do prazo regimental.

Sala da Comissão, em 24 de novembro de 2021



Claudio Luiz Sebben  
Chefe de Secretaria



## RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI Nº 0221.1/2021

**“Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.”**

**Autor:** Dep. Paulinha

**Rel.:** Dep. Bruno Souza

### I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria da Deputada Paulinha, que “Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina”.

O Projeto foi lido em expediente em 15 de junho de 2021 e encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, onde foi distribuído ao Relator Dep. Coronel Mocellin, que requereu diligência externa à Procuradoria Geral do Estado, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e à Federação Catarinense de Municípios — FECAM.

Em resposta, a Procuradoria Geral do Estado opinou:

- a) pela inconstitucionalidade do art. 4º, § 2º, I e III, do Projeto de Lei nº 0221.1/2021 por ofensa à separação dos Poderes (CRFB, art. 2º) e violação à autonomia municipal (art. 18, *caput*, e art. 34, *caput* e VII, alínea 'c', ambos da CF/88);
- b) pela inexistência de outros óbices constitucionais ou legais à tramitação do Projeto de Lei no 0221.112021, que “Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina”.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável se posicionou, por meio do Secretário em exercício, de forma contrária ao presente projeto, informando que tramita em processo interno do Poder Executivo anteprojeto de lei com objetivo similar e mais abrangente.

Após o retorno da referida diligência, a matéria foi redistribuída à deputada Ana Campagnolo, esta emitiu parecer favorável, com emenda supressiva

ao art. 4º, § 2º, III, que foi aprovado por unanimidade naquele órgão colegiado.

Na Comissão de Finanças e Tributação, foi designado Relator o Dep. Silvio Dreveck, que emitiu parecer favorável, também aprovado por unanimidade.

Nesta Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, a matéria foi distribuída a mim para emitir parecer.

É o relatório.



## II – VOTO

Cabe a esta Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, conforme o disposto nos artigos 144, III e 81, II, III e X, ambos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a análise da matéria sob a ótica do interesse público, do desenvolvimento industrial e comercial e do estímulo à livre iniciativa e à livre concorrência.

Nesse sentido, verifico que a proposição se trata de política pública que visa estimular a produção industrial no Estado, sobretudo no âmbito tecnológico e na promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, atendendo, portanto, ao interesse público sob a ótica desta Comissão.

Quanto aos dispositivos específicos do aludido projeto de lei, verifico que em suma atendem e estão em consonância com o disposto na Legislação Nacional vigente, especificamente com a Lei Federal nº 10.973/2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

Pelas razões acima, com fundamento no art. 144, III, em conjunto com o art. 81, ambos do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, voto pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei nº 0221.1/2021**, acolhendo a emenda supressiva de fl. 53, no âmbito desta Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Sala das Comissões,

**Deputado Bruno Souza**



FOLHA DE VOTAÇÃO VIRTUAL

A COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA, nos termos dos artigos 146, 149 e 150 do Regimento Interno,

- aprovou  unanimidade  com emenda(s)  aditiva(s)  substitutiva global  
 rejeitou  maioria  sem emenda(s)  supressiva(s)  modificativa(s)

RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) Bruno Souza, referente ao

Processo PL. 0221.1/2021, constante da(s) folha(s) número(s) 47-49.

OBS.:

Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Jair Miotto	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Ada de Luca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Bruno Souza	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Ivan Naatz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. João Amin	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Luciane Carminatti	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Marcos Vieira	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Reunião virtual ocorrida em 07/12/2022

Fabiano Henrique da Silva Souza  
Coordenador das Comissões



## TERMO DE REMESSA

Tendo a Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, em sua reunião de 7 de dezembro de 2022, exarado Parecer FAVORÁVEL à(s) emenda(s) Supressiva(s) ao Processo Legislativo nº PL./0221.1/2021, referente ao seu campo temático, procede-se a remessa dos autos à Coordenadoria das Comissões para que se dê curso à tramitação do feito nos termos regimentais.

Sala da Comissão, 7 de dezembro de 2022

  
Claudio Luiz Sebben  
Chefe de Secretaria



Número: **PL./0221.1/2021**  
Origem: **Legislativo**  
Autor: **Deputada Paulinha**  
Regime: **ORDINÁRIO**

Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

PARECER(ES) FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE:

- CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ÀS FLS 37
- FINANÇAS, ÀS FLS 44
- ECONOMIA, ÀS FLS 50

EMENDA(S) SUPRESSIVA, ÀS FLS 35

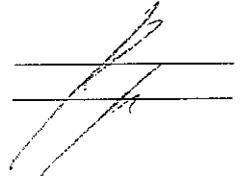


# PROJETO DE LEI N°. 222/2021

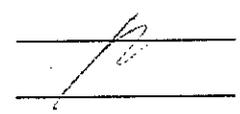
## TRAMITAÇÃO

## RUBRICA

\* Lido no expediente da Sessão Plenária do dia 25/06/21  
À Coordenadoria de Expediente em 25/06/21  
Autuado em 25/06/21  
Publicado no D. A. n° \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Prazo para apreciação: ( ) regime de prioridade (X) ordinário

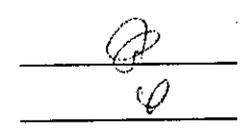


\* À Coordenadoria das Comissões em 25/06/21



\* À Comissão de JUSTIÇA em 16/06/21  
Relator designado: Deputado CORNEL MOCELLIN / Ana Campagnolo  
Parecer do Relator: (X) favorável ( ) contrário  
Leitura do Parecer na reunião do dia 26/10/2021  
(X) aprovado ( ) rejeitado

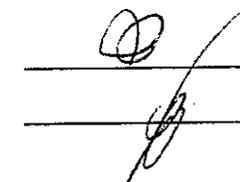
\* À Coordenadoria das Comissões em 26/10/2021



\* À Comissão de FINANÇAS em 26/10/2021

Relator designado: Deputado Silvio Dreveck  
Parecer do Relator: (X) favorável ( ) contrário  
Leitura do Parecer na reunião do dia 17/11/2021  
(X) aprovado ( ) rejeitado

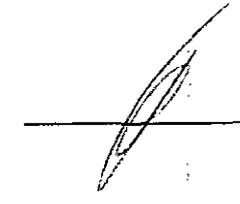
\* À Coordenadoria das Comissões em 17/11/2021



\* À Comissão de ECONOMIA em 17/11/2021

Relator designado: Deputado BRUNO SOUZA  
Parecer do Relator: (X) favorável ( ) contrário  
Leitura do Parecer na reunião do dia 07/12/2021  
(X) aprovado ( ) rejeitado

\* À Coordenadoria de Expediente em 07/12/2021



Comunicado \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Incluído na Ordem do Dia em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) proposição aprovada em 1º turno  
Incluído na Ordem do Dia em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) proposição aprovada em 2º turno  
( ) com emendas ( ) sem emendas  
( ) proposição rejeitada - comunicação ao Plenário em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\* À Comissão de Constituição e Justiça em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

À Publicação em 03/01/23  
Publicada a Redação Final no D.A. n°. 8.243, de 04/01/23  
Votação da Redação Final em 13/12/22  
Encaminhado o Autógrafo em 20/12/22 Ofício n° 486, de 20/12/22  
Projeto: ( ) sancionado (X) vetado PARCIALMENTE  
Transformado em Lei n° 18.587, de 6/1/23

Publicada no Diário Oficial n°. 005, de 6/1/23  
Publicada no Diário da Assembleia n° \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Mensagem de veto n°. 005/23, de 06/05/23

Obs.: \_\_\_\_\_

\* À Coordenadoria de Documentação em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROJETO DE LEI PL./0221.1/2021

Lido no expediente	051ª Sessão de 15/06/21
As Comissões de:	GABINETE DA DEPUTADA PAULINHA
(5) JUSTIÇA	
(11) FINANÇAS	
(20) ECONOMIA	
( )	
Secretário	



Cria o Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina..

Art. 1º Fica criado o Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: São ações do Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina:

I - promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social;

II - promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade;

III - redução das desigualdades regionais;

IV - descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada município por meio das associações de município;

V - promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas;

VI - estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos industriais no Estado de Santa Catarina;

VII - promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional;

VIII - incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;

IX - promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica;

X - fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICTs;

XI - atratividade dos instrumentos de fomento e de crédito, bem como sua permanente atualização e aperfeiçoamento;

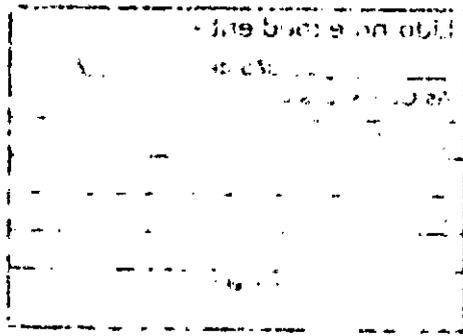
XII - simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação;

AVIAÇÃO  
Ao Expediente da Mesa

Em 15/06/21

Deputado Ricardo Alba

1º Secretário



**DIRETORIA LEGISLATIVA**  
Original Recebido em 10/06/21  
Funcionário [Signature]  
Assinatura [Signature]  
Encaminhado Nesta data à 1ª secretária da Mesa  
Hora 18:35



XIII - utilização do poder de compra do Estado para fomento à inovação;

XIV - apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao sistema produtivo.

Art. 2º O Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina compreende a atuação conjunta de ações do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, em coordenação aos Municípios e associações municipais, conjuntamente ao setor produtivo e industrial que atua ou visa atuar no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: Consideram-se elementos do Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina:

I – Industria: atividade econômica, onde ocorre a transformação de matérias-primas em produtos elaborados pelo homem com a finalidade comercial.

II – Criador industrial: pessoa física que seja inventora, obtentora ou autora de criação de projeto industrial;

III - incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;

IV - inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;

V - Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;

VI - Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei;

VII - fundação de apoio: fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação de interesse das ICTs, nos termos da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.





VIII - parque tecnológico industrial: complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICTs, com ou sem vínculo entre si;

X - polo tecnológico: ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologias;

XI - extensão tecnológica: atividade que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado;

XII - bônus tecnológico: subvenção a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte, com base em dotações orçamentárias de órgãos e entidades da administração pública, destinada ao pagamento de compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de contratação de serviços tecnológicos especializados, ou transferência de tecnologia, quando esta for meramente complementar àqueles serviços, nos termos de regulamento;

XIII - capital intelectual: conhecimento acumulado pelo pessoal da organização, passível de aplicação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação." (NR)

Art. 3º É incumbência coordenada do Poder Executivo de Santa Catarina, de seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia industrial.

Parágrafo único. O apoio previsto no caput poderá contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos, e a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.

Art. 4º O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento e as ICTs poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

§ 1º As incubadoras de empresas, os parques e polos tecnológicos industriais e os demais ambientes promotores da inovação estabelecerão





suas regras para fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em parceria e para seleção de empresas para ingresso nesses ambientes.

§ 2º Para os fins previstos no caput O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento, as respectivas agências de fomento e as ICTs públicas poderão:

I - ceder o uso de imóveis para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, diretamente às empresas e às ICTs interessadas ou por meio de entidade com ou sem fins lucrativos que tenha por missão institucional a gestão de parques e polos tecnológicos e industriais e de incubadora de empresas, mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, na forma de regulamento;

II - participar da criação e da governança das entidades gestoras de parques tecnológicos ou de incubadoras de empresas, desde que adotem mecanismos que assegurem a segregação das funções de financiamento e de execução.

III - efetivar por meio de cessões, doações ou alienações, a disponibilidade de áreas para a criação e efetivação de parques industriais no Estado de Santa Catarina. }

Art. 5º O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento, atuarão na interação com ICTs e empresas brasileiras e oferecendo-lhes o acesso aos instrumentos de fomento, visando ao adensamento do processo de inovação no País.

Art. 6º A ICT pública poderá, mediante contrapartida financeira ou não financeira e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

I - compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICT ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;

II - permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICT, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, desde que tal permissão não interfira diretamente em sua atividade-fim nem com ela conflite;

III - permitir o uso de seu capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Parágrafo único. O compartilhamento e a permissão de que tratam os incisos I e II do caput obedecerão às prioridades, aos critérios e aos requisitos aprovados e divulgados pela ICT pública, observadas as respectivas disponibilidades e assegurada a igualdade de oportunidades a empresas e demais organizações interessadas." (NR)

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até 90 (noventa) dias.





Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Paulinha  
Deputada Estadual





## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta legislativa vem trazer ao Estado de Santa Catarina uma iniciativa pública de estímulo a criação de parques industriais, com o objetivo de propiciar o desenvolvimento econômico, político, social e ambiental de Santa Catarina.

Santa Catarina possui PIB industrial de R\$ 66,3 bilhões, equivalente a 5,0% da indústria nacional. Emprega 804.796 trabalhadores na indústria. É o sétimo maior PIB do Brasil, com R\$ 247,9 bilhões. Com 7,3 milhões de habitantes, é o 10º estado mais populoso do País.

Sob tal aspecto, é notória a necessidade da criação de um programa de incentivo de âmbito estadual, que vise estimular a produção industrial no Estado, sobretudo através do fornecimento de utensílios pelo poder público que possibilitem as ações coordenadas do setor produtivo.

Ante o exposto, roga-se aos nobres pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das sessões,

Paulinha  
Deputada Estadual





## DISTRIBUIÇÃO

O(A) Sr(a). Dep. Milton Hobus, Presidente da Comissão, designou RELATOR do Processo Legislativo nº PL./0221.1/2021, o Senhor Deputado Coronel Mocellin, Membro desta Comissão, com base no artigo 128, inciso VI, do Regimento Interno.

Em consequência, faça-se a remessa dos autos do Processo Legislativo retro citado ao Sr. Relator designado, informando que o prazo regimental final, para apresentação de relatório é o dia não definido.

Sala da Comissão, em 18 de junho de 2021

  
Alexandre Luiz Soares  
Chefe de Secretaria





**PEDIDO DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 221.1/2021**

**EMENTA:** Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

**AUTOR:** Deputada Paulinha

**RELATOR:** Deputado Coronel Mocellin

Cuida-se de projeto de lei de origem parlamentar que visa instituir programa de estímulo a criação de parques industriais no Estado de Santa Catarina. O programa compreende a atuação conjunta de ações do Executivo Estadual, em coordenação aos municípios e associações municipais, e, conjuntamente com o setor produtivo industrial.

Antes de fixar o entendimento, peço vênica para buscar a melhor compreensão dos termos do processo, principalmente no que tange à instrumentalização desse programa no âmbito das relações dos municípios e dos órgãos estaduais ligados à pasta de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Pelo exposto, submeto a essa Comissão o pedido de diligenciamento à Procuradoria Geral do Estado, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e à Federação Catarinense de Municípios - FECAM.

Sala das Comissões,

Deputado Coronel Mocellin  
Relator

29/06/2021







### FOLHA DE VOTAÇÃO VIRTUAL

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, nos termos dos artigos 146, 149 e 150 do Regimento Interno,

aprovou  unanimidade  com emenda(s)  aditiva(s)  substitutiva global

rejeitou  maioria  sem emenda(s)  supressiva(s)  modificativa(s)

RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) CORONEL MOCELLIN, referente ao

Processo PL/0221.1/2021, constante da(s) folha(s) número(s) 09.

OBS.: Requerimento de Diligência

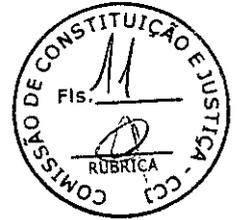
Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Milton Hobus	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Coronel Mocellin	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Fabiano da Luz	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. João Amin	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. José Milton Scheffer	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Maurício Eskudlark	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Moacir Sopelsa	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Paulinha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Valdir Cobalchini	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Reunião virtual ocorrida em 29/06/2021  
Evandro Carlos dos Santos  
Coordenador das Comissões  
Matrícula 3748

Coordenadoria das Comissões





## Requerimento RQX/0178.7/2021

Conforme deliberação da Comissão de Constituição e Justiça, determino o encaminhamento do presente requerimento, referente à proposição PL./0221.1/2021 à Coordenadoria de Expediente para realização de Diligência Externa, a fim de que, regimentalmente, sejam tomadas as devidas providências, conforme folhas em anexo.

Sala da Comissão, 29 de junho de 2021

Milton Hobus  
Presidente da Comissão

Evandro Carlos dos Santos  
Coordenador das Comissões  
Matrícula 3748





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DIRETORIA LEGISLATIVA



Coordenadoria de Expediente  
Ofício nº 0379/2021

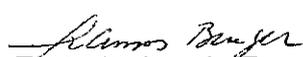
Florianópolis, 29 de junho de 2021

Excelentíssima Senhora  
DEPUTADA PAULINHA  
Nesta Casa

Senhora Deputada,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça deste Poder, ao Projeto de Lei nº 0221.1/2021, que "Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina", para seu conhecimento.

Respeitosamente,

  
Marlise Furtado Arruda Ramos Burger  
Coordenadora de Expediente

*Recebido  
30/06/21*





Ofício **GPS/DL/ 0604/2021**

Florianópolis, 29 de junho de 2021

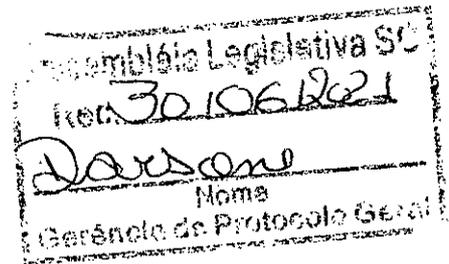
Excelentíssimo Senhor  
ERON GIORDANI  
Chefe da Casa Civil  
Nesta

Senhor Chefe,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça deste Poder, ao Projeto de Lei nº 0221.1/2021, que "Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina", a fim de obter manifestação sobre a matéria legislativa em exame.

Atenciosamente,

  
Deputado **RICARDO ALBA**  
Primeiro Secretário







Ofício **GPS/DL/ 0605/2021**

Florianópolis, 29 de junho de 2021

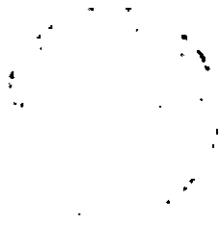
Excelentíssimo Senhor  
**CLENILTON CARLOS PEREIRA**  
Presidente da Federação Catarinense de Municípios (FECAM)  
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça deste Poder, ao Projeto de Lei nº 0221.1/2021, que “Cria o Programa de Estimulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina”, a fim de obter manifestação sobre a matéria legislativa em exame.

Atenciosamente,

  
Deputado **RICARDO ALBA**  
Primeiro Secretário





ESTADO DE SANTA CATARINA  
CASA CIVIL

221/21

R/R 178

10767



Ofício nº 1285/CC-DIAL-GEMAT

Florianópolis, 3 de agosto de 2021.

Senhor Presidente,

De ordem do Chefe da Casa Civil e em atenção ao Ofício nº GPS/DL/0604/2021, encaminho o Parecer nº 347/2021, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), e o Ofício GABS nº 1251/2021, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS), ambos contendo manifestação a respeito do Projeto de Lei nº 0221.1/2021, que "Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina".

Respeitosamente,

**Ivan S. Thiago de Carvalho**  
Procurador do Estado  
Diretor de Assuntos Legislativos\*

<b>Lido no Expediente</b>	
014ª	Sessão de 05.08.21
Anexar a(o)	221/21
Diligência	
Secretário	

Excelentíssimo Senhor  
**DEPUTADO MAURO DE NADAL**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Nesta

\*Portaria nº 038/2021 - DOE 21.558  
Delegação de competência

OF 1285\_PL\_0221.1\_21\_PGE\_SDE\_enc  
SCC 12380/2021

101



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**



**PARECER Nº 347/2021-PGE**

Florianópolis, data da assinatura digital.

**Referência:** SCC 12453/2021

**Assunto:** Consulta sobre o pedido de diligência ao Projeto de Lei nº 0221.1/2021.

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

**Ementa:** Pedido de diligência. ALESC. Projeto de Lei nº 0221.1/2021, que "Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina". Norma programa. Política Pública. Ausência de vício de iniciativa. Constitucionalidade formal subjetiva. Fomento às atividades de ciência, tecnologia e inovação. Emenda Constitucional nº 85/2015. Competência legislativa concorrente dos entes federados. Constitucionalidade formal orgânica. Estímulo à criação de parques industriais. Autorização parlamentar para cessão de uso de imóveis públicos e efetivação de disponibilidade de áreas. Violação à separação dos poderes. Ofensa à autonomia municipal. Inconstitucionalidade material. Compatibilidade orçamentária com a Constituição. Ausência de vícios de legalidade.

Senhor Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica,

### **RELATÓRIO**

Por meio do Ofício nº 1096/CC-DIAL-GEMAT, de 1º de julho de 2021, a Casa Civil, através da Diretoria de Assuntos Legislativos, solicitou desta Procuradoria o exame e a emissão de parecer a respeito do Projeto de Lei nº 0221.1/2021, que "Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina".

A proposição possui a seguinte redação:

Art. 1º Fica criado o Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: São ações do Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina:

I - promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social;

II - promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade;

III - redução das desigualdades regionais;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

IV - descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada município por meio das associações de município;

V - promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas;

VI - estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos industriais no Estado de Santa Catarina;

VII - promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional;

VIII - incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;

IX - promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica;

X - fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICT;

XI - atratividade dos instrumentos de fomento e de crédito, bem como sua permanente atualização e aperfeiçoamento;

XII - simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação;

XIII - utilização do poder de compra do Estado para fomento à inovação;

XIV - apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao sistema produtivo.

Art. 2º O Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina compreende a atuação conjunta de ações do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, em coordenação aos Municípios e associações municipais, conjuntamente ao setor produtivo e industrial que atua ou visa atuar no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: Consideram-se elementos do Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina:

I - Indústria: atividade econômica, onde ocorre a transformação de matérias-primas em produtos elaborados pelo homem com a finalidade comercial.

II - Criador industrial: pessoa física que seja inventora, obtentora ou autora de criação de projeto industrial;

III - incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;

IV - inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**



V - Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;

VI - Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei;

VII - fundação de apoio: fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação de interesse das ICTs, nos termos da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.

VIII - parque tecnológico industrial: complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICTs, com ou sem vínculo entre si;

X - polo tecnológico: ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologia;

XI - extensão tecnológica: atividade que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado;

XII - bônus tecnológico: subvenção a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte, com base em dotações orçamentárias de órgãos e entidades da administração pública, destinada ao pagamento de compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de contratação de serviços tecnológicos especializados, ou transferência de tecnologia, quando esta for meramente complementar àqueles serviços, nos termos de regulamento;

XIII - capital intelectual: conhecimento acumulado pelo pessoal da organização, passível de aplicação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação."  
(NR)

Art. 3º É incumbência coordenada do Poder Executivo de Santa Catarina, de seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia industrial.

Parágrafo único. O apoio previsto no caput poderá contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação,



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

inclusive incubadoras e parques tecnológicos, e a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.

Art. 4º O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento e as ICTs poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

§ 1º As incubadoras de empresas, os parques e polos tecnológicos industriais e os demais ambientes promotores da inovação estabelecerão suas regras para fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em parceria e para seleção de empresas para ingresso nesses ambientes.

§ 2º Para os fins previstos no caput o Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento, as respectivas agências de fomento e as ICTs públicas poderão:

I - ceder o uso de imóveis para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, diretamente às empresas e às ICTs interessadas ou por meio de entidade com ou sem fins lucrativos que tenha por missão institucional a gestão de parques e polos tecnológicos e industriais e de incubadora de empresas, mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, na forma de regulamento;

II - participar da criação e da governança das entidades gestoras de parques tecnológicos ou de incubadoras de empresas, desde que adotem mecanismos que assegurem a segregação das funções de financiamento e de execução.

III - efetivar por meio de cessões, doações ou alienações, a disponibilidade de áreas para a criação e efetivação de parques industriais no Estado de Santa Catarina.

Art. 5º O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento, atuarão na interação com ICTs e empresas brasileiras e oferecendo-lhes o acesso aos instrumentos de fomento, visando ao adensamento do processo de inovação no País.

Art. 6º A ICT pública poderá, mediante contrapartida financeira ou não financeira e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

I - compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICT ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;

II - permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICT, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, desde que tal permissão não interfira diretamente em sua atividade-fim nem com ela conflite;

III - permitir o uso de seu capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Parágrafo único. O compartilhamento e a permissão de que tratam os incisos I e II do caput obedecerão às prioridades, aos critérios e aos requisitos aprovados e divulgados pela ICT pública, observadas as respectivas disponibilidades e



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**



assegurada a igualdade de oportunidades a empresas e demais organizações interessadas." (NR)

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até 90 (noventa) dias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Colhe-se da justificativa da parlamentar proponente (disponível para consulta no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa de Santa Catarina):

A presente proposta legislativa vem trazer ao Estado de Santa Catarina uma iniciativa pública de estímulo a criação de parques industriais, com o objetivo de propiciar o desenvolvimento econômico, político, social e ambiental de Santa Catarina. Santa Catarina possui PIB industrial de R\$ 66,3 bilhões, equivalente a 5,0% da indústria nacional. Emprega 804.796 trabalhadores na indústria. É o sétimo maior PIB do Brasil, com R\$ 247,9 bilhões. Com 7,3 milhões de habitantes, é o 10º estado mais populoso do País. Sob tal aspecto, é notória a necessidade da criação de um programa de incentivo de âmbito estadual, que vise estimular a produção industrial no Estado, sobretudo através do fornecimento de utensílios pelo poder público que possibilitem as ações coordenadas do setor produtivo.

É o relatório.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Convém ressaltar que o art. 19, II, do Decreto no 2.382, de 28 de agosto de 2014, determina a confecção de parecer analítico elaborado pela consultoria jurídica, de modo que a análise que segue cinge-se a perscrutar a (in)constitucionalidade do Projeto de Lei (PL), nos aspectos formal e material, bem como a legalidade.

Em síntese, a proposição legislativa se encontra estruturada em oito artigos, que cuidam de instituir "o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina".

O ato de iniciativa parlamentar amolda-se ao que a doutrina convencionou nomear de programa (ou mesmo políticas públicas), uma vez que se limita a fixar diretrizes, estabelecendo a coordenação de meios à disposição do Estado com a finalidade de alcançar determinados objetivos:

Como se nota, alguns elementos são centrais nessa definição: o fato de que a política pública é um programa, isto é, um conjunto coordenado de ações; a adjetivação de que se trata de ações governamentais, ou seja, levadas a cabo, ao menos prioritariamente, pelo Estado; e, por fim, os objetivos, que devem ser socialmente relevantes (Cavalcante Filho, João Trindade em LIMITES DA INICIATIVA PARLAMENTAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, Uma proposta de releitura do art. 61, § 1º, II, e, da Constituição Federal).

Não há mácula na proposta parlamentar, visto que não se imiscui nas atribuições do Chefe do Executivo, encartadas no art. 61, § 1º da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e no art. 50, § 2º da Constituição do Estado de Santa Catarina. Isso porque os parâmetros para a investigação da iniciativa parlamentar cingem-se à autonomia do Poder Executivo e ao próprio exercício da função administrativa.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

Percebe-se, então, que o que se veda é a deflagração de processo legislativo, por parlamentar, que possua o intento de remodelação de órgãos do Executivo, carreando a estes novas e inéditas atribuições. Em contraposição, a mera explicitação e/ou regulamentação de uma atividade que já cabe ao órgão não desborda na inconstitucionalidade do PL.

Assim, a atuação legislativa na concepção e na construção de leis definidoras de políticas públicas não está restrita à elaboração de emendas e substitutivos aos projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo. A esse propósito, escreveu Antônio Carlos Torrens sobre o papel do Parlamento:

O Parlamento, na configuração dada pela Constituição de 88, conta com mecanismos que o capacitam a participar dos processos decisórios e da agenda governamental sobre políticas públicas, tanto pelos instrumentos formais de elaboração de leis, quanto pela inserção de procedimentos externos como consulta popular, audiência pública e fóruns técnicos, que acabam por reforçar a responsabilidade dos legisladores e por exigir deles maior compromisso em suas proposições (TORRENS, Antonio Carlos. Poder Legislativo e políticas públicas: uma abordagem preliminar. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 50, n. 197, p. 189-204, jan./mar. 2013).

Nesse sentido, o STF considerou constitucional a criação de programa de políticas públicas por meio de lei de iniciativa parlamentar, no caso do AgR no RE nº 290.549/RJ. Discutia-se lei que criara programa intitulado Rua da Saúde. No voto do Relator, afirma-se, em suma, que a edição da referida lei, decorrente de iniciativa parlamentar, não representou invasão da esfera da competência privativa do Chefe do Poder Executivo local:

(...) a criação do programa instituído por meio dessa lei apenas tinha por objetivo fomentar a prática de esportes em vias e logradouros públicos, tendo ficado expressamente consignado nesse texto legal que 'a implantação, coordenação e acompanhamento do programa ficará a cargo do órgão competente do Poder Executivo', a quem incumbirá, também, aprovar as vias designadas pelos moradores para a execução do programa.

O projeto em comento não inova nas atribuições dos órgãos da Administração Pública, apenas estabelece providências a serem perseguidas pelo Poder Público a fim de instituir e promover "o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina".

Portanto, conclui-se que a proposição legislativa não possui vício de iniciativa, atendendo à previsão regulamentar e normativa concedida ao Poder Legislativo pela Constituição Estadual (art. 50).

Não se trata, tampouco, de matéria reservada à lei complementar (art. 57 da CESC).

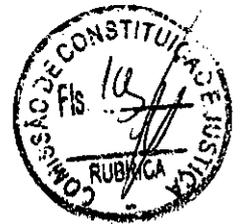
Quanto ao aspecto formal orgânico, não há óbice, vez que encontra respaldo no federalismo cooperativo e nas competências legislativa e material do art. 23 e 24 da Carta Magna, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, que alterou e adicionou dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

A EC 85/2015 tratou de atribuir ao Poder Público a incumbência de estimular a formação e fortalecimento da inovação nas empresas, inclusive mediante a constituição e manutenção de parques e polos tecnológicos (art. 219, parágrafo único, da CF/88) e, para tanto, reforçou a competência legislativa concorrente de todos os entes federados (art. 219-B):

Art. 219-B. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais do SNCTI.

**§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades.**

O federalismo de cooperação brasileiro pauta-se pelo respeito à autonomia dos entes federados, decorrência do processo de descentralização política. Na conformação federativa de terceiro grau, a União, os Estados-membros, os Municípios e o Distrito Federal possuem competências administrativas e legislativas delineadas no texto da Constituição, consagrando verdadeira fórmula de divisão de centros de poder no Estado Democrático de Direito.

Seguindo o modelo de repartição de competência legislativa, traçado pelo art. 24, § 1.º a 3.º, da CF, compete à União dispor sobre normas gerais e, aos Estados e ao Distrito Federal, tratar sobre o tema de forma supletiva ou suplementar.

A União, valendo-se dessa competência legislativa, editou a Lei nº 13.243/2016, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, observada a seguinte diretriz (art. 2º):

VI - estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de **parques e polos tecnológicos no País**;

Desse modo, podem os Estados e o Distrito Federal legislarem de forma complementar para atender peculiaridades locais, mas sem perder de vista a lei federal editada pela União. Consoante jurisprudência do STF, na distribuição de competência legislativa, deve-se prestigiar o federalismo cooperativo e as iniciativas regionais e locais (Supremo Tribunal Federal. Plenário. ADI 4.060/SC. Relator: Ministro Luiz Fux. 25/2/2015, unânime. DJe de 4/05/2015), a fim de que pormenorizem normas gerais e supram lacunas existentes na lei nacional.

Trata-se de legítimo exercício da competência concorrente, nos limites dos arts. 23, 24, e 219-B da Constituição, inexistindo vícios de constitucionalidade formal orgânica.

No que concerne à análise de compatibilidade material com a Carta Magna, o fomento estatal à criação de parques industriais, objetivando o desenvolvimento científico e tecnológico, é legítimo e conta com previsão constitucional (CF/88):

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

§ 2º A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 5º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

§ 6º O Estado, na execução das atividades previstas no caput, estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas de governo.

§ 7º O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no caput.

Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia.

Em outra passagem, a Constituição Federal autoriza forma indireta de intervenção do Estado na ordem econômica, por intermédio do fomento (art. 174). Dessa maneira, cabe ao Estado exercer, na forma da lei, as funções de planejamento, fiscalização e incentivo da atividade econômica. Para Rafael Carvalho de Rezende:

O fomento público pode ser definido como incentivos estatais, positivos ou negativos, que induzem ou condicionam a prática de atividades desenvolvidas em determinados setores econômicos e sociais, com o intuito de satisfazer o interesse público (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. Método)

Trata-se, em suma, de projeto de lei que busca catalisar a ação coordenada das instâncias políticas (estadual e municipal) e dos entes privados, a fim de promover o desenvolvimento econômico, político, social e ambiental de Santa Catarina.

Em seu artigo primeiro, cuida de elencar as diretrizes para concretizar o programa de estímulo à criação dos parques industriais. Na sequência, estabelece a incumbência de atuação



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**



conjunta do Poder Executivo estadual e municipal, englobando associações municipais e o setor produtivo e industrial (art. 2º a 4º).

Contém ainda previsão de parcerias entre os órgãos públicos e privados (art. 6º), notadamente por meio de compartilhamento e permissão de uso de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações.

Harmoniza-se, portanto, com os instrumentos de cooperação previstos no art. 219-A da CF/88:

Art. 219-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei.

Digna de nota é a previsão do art. 4º, §2, I e III, do PL, que abaixo se repete:

Art. 4º O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento e as ICTs poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

§ 2º Para os fins previstos no caput o **Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento, as respectivas agências de fomento e as ICTs públicas poderão:**

I - **ceder o uso de imóveis** para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, diretamente às empresas e às ICTs interessadas ou por meio de entidade com ou sem fins lucrativos que tenha por missão institucional a gestão de parques e polos tecnológicos e industriais e de incubadora de empresas, mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, na forma de regulamento;

III - **efetivar por meio de cessões, doações ou alienações, a disponibilidade de áreas para a criação e efetivação de parques industriais no Estado de Santa Catarina.**

O dispositivo concede, em síntese, autorização para que o Poder Público ceda o uso de imóveis públicos, bem como autorização para negociar, por meio de cessões, doações ou alienações, imóveis para a criação e efetivação de parques industriais no Estado de Santa Catarina.

Ocorre que, nos termos do art. 12, § 1º, da Constituição Estadual, a doação ou utilização gratuita de bens imóveis depende de prévia autorização legislativa.

Analisando o dispositivo em sede de controle concentrado (ADI 3594), o Supremo Tribunal Federal manteve a validade da regra constitucional que submete à autorização prévia da Assembleia Legislativa a utilização gratuita de bens imóveis do Estado.

Entre outros pontos, sustentava-se, na ADI, que a regra do artigo 12, parágrafo 1º, da Constituição estadual ofenderia a competência privativa da União para disciplinar, por meio de norma geral, a disposição de bens públicos e afrontaria o princípio da separação dos Poderes,



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

engessando o Executivo no trato das questões relativas à administração dos bens imóveis pertencentes ao Estado.

Em seu voto, a relatora, Ministra Cármen Lúcia, afastou esses argumentos. Para ela, a ausência do recebimento de valores que poderiam reverter para o próprio Estado e, de forma reflexa, para os cidadãos levaram os constituintes estaduais a estabelecer que os poderes Legislativo e Executivo deveriam compartilhar a responsabilidade da decisão de destinação gratuita dos bens imóveis.

Assim, para a relatora, a regra não esvazia nem compromete a atuação autônoma do Executivo:

“O patrimônio estadual é do povo de cada ente federado. O cuidado com ele é atribuição, no espaço constitucional e legal estabelecido, de cada um e de todos os Poderes”.

É que, por meio de bens públicos imóveis dados em utilização gratuita, podem ser feitos “favores ilegítimos” que comprometam o patrimônio estadual, facilitando eventuais transações ilegais ou inaceitáveis. Por isso, reputou-se legítimo que o constituinte estadual eleja um modelo que some responsabilidades dos Poderes e acrescente segurança ao cidadão, titular do patrimônio administrado pelos agentes públicos.

No mesmo sentido, confira-se outra passagem da Constituição estadual:

Art. 39. Cabe a Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente sobre:

IX - aquisição, administração, alienação, arrendamento e cessão de bens imóveis do Estado;

Assim, estabelecida a necessidade de autorização legislativa para a utilização gratuita e para a negociação de bens imóveis públicos do Estado, convém observar o exposto no Parecer nº 073/2021-PGE, da lavra do Procurador do Estado Dr. André Filipe Sabetzki Boeing (Processo SGPE COHAB 944/2019).

A opinião jurídica manifestada foi no sentido de que a concessão parlamentar deve ser específica, indicando os imóveis a serem negociados pelo Poder Executivo, não tendo cabimento uma autorização legislativa genérica, sob pena de violação à separação dos Poderes.

Transcrevo, por oportuno, as razões lançadas no parecer supra referido:

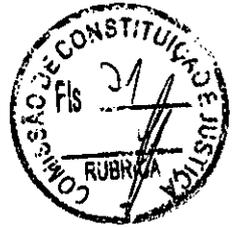
A autorização legislativa não pode ser de cunho genérico, sem a especificação de cada bem imóvel a ser doado, sob pena de caracterização de delegação de função legislativa, em ofensa ao princípio da separação dos poderes (CRFB, art. 2º).

Veja-se, nessa linha, a ADI 425, ementada, para o que aqui interessa, nestes termos:

[...]. 5. Lei 215/90. Ofensa ao princípio da separação dos Poderes por norma que atribui ao Governador autorização para dispor, segundo sua conveniência, de bens públicos do Estado, sem especificá-los. Instrumento anômalo de delegação de poderes. Inobservância do processo legislativo concernente às leis delegadas. Ação, no ponto, julgada procedente. [...] (ADI 425, Relator(a): MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, julgado em 04/09/2002, DJ 19-12-2003 PP-00062 EMENT VOL-02137-01 PP-00014) [Grifou-se]



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA



Transcreve-se o seguinte excerto do voto do relator, Ministro Maurício Corrêa:

[...] A Medida Provisória 64/90, convertida na Lei 215/90, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar quaisquer bens do Estado, móveis ou imóveis, sem especificá-los, ofende os princípios constitucionais sensíveis (CF, artigos 2º, 25 e 34, IV), como aliás bem anotado no parecer do Ministério Público Federal (fls. 688/697). 35. Com efeito, a competência outorgada ao Governador, por meio de norma genérica, votada pela Assembléia Legislativa, constitui forma de violação ao princípio da separação dos Poderes de que cuidam os artigos 2º e 60, § 4º, da Constituição Federal, porquanto lhe atribui contínua autorização para a disponibilidade de bens públicos do Estado. 36. Ora, essa delegação traduz-se em anômalo instrumento para dispor da coisa pública, de maneira permanente e segundo a vontade pessoal e exclusiva do Governador. [Grifou-se]

A despeito de dinamizar o processo de fomento estatal, surge inconstitucional a opção do legislador (art. 4º, §2, I e III, do PL), uma vez que estaria o Parlamento se exonerando, de forma genérica, da incumbência constitucional de autorizar a negociação e o uso gratuito dos bens imóveis públicos.

Sob outro viés, a proposta incide igualmente em inconstitucionalidade, uma vez que o legislador estadual parece pretender dispor também de imóveis públicos municipais. Com efeito, na forma em que redigido, o art. 4º, §2, I e III, do PL permite interpretação no sentido de que se está a autorizar que a administração municipal negocie e ceda o uso de seus imóveis no âmbito do programa de fomento à criação de parques industriais, independentemente de autorização por parte da Câmara de Vereadores.

Verifica-se excesso por parte do parlamentar estadual, uma vez que a previsão usurpa a competência do Poder Legislativo local, ofendendo a autonomia do Município para dispor sobre seus bens (art. 18, *caput*, da CF/88). Viola-se ainda princípio constitucional sensível, o que caracteriza fundamento jurídico para a intervenção federal no Estado membro (art. 34, *caput* e VII, alínea 'c').

Pelos motivos acima explicitados, vislumbra-se inconstitucionalidade material no ato parlamentar.

Sob o enfoque orçamentário, registre-se que não se constata a criação ou o aumento de despesa como decorrência do PL, não se aplicando, portanto, a exigência constitucional de indicação da dotação orçamentária que dará suporte ao início do programa (art. 123, I, da Carta Estadual).

De acordo com o princípio orçamentário da proibição de estorno de verbas, é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (CF, art. 167, VI). Contudo, a Emenda Constitucional nº 85 de 2015 trouxe uma exceção ao princípio da proibição de estorno de verbas ao acrescentar o § 5º no art. 167 da CF/88, segundo o qual:

**"§ 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo."**

Cuida-se de exceção aplicável à matéria objeto do presente PL, o que se compatibiliza, inclusive, com a previsão do art. 7º, que delega ao Poder Executivo a atribuição de regulamentar a



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

proposição legislativa. Assim, com o desiderato de implementar a política pública no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, o Chefe do Poder Executivo se encontra autorizado a realocar os recursos orçamentários de uma categoria de programação para a outra, ou de um órgão para o outro, sem necessidade de prévia autorização do Poder Legislativo.

No que concerne à análise de legalidade, a proposição legislativa estadual se compatibiliza com a norma nacional pertinente (Lei nº 10.973/2004, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.243/2016), que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.

O PL cuida de reproduzir, ao longo de seus dispositivos, redação semelhante à encontrada na Lei nº 10.973/2004, não necessitando de maiores digressões. Contudo, inova em relação à norma nacional ao prever a possibilidade de o Poder Público realizar cessões, doações ou alienações a fim de disponibilizar áreas para criar e efetivar os parques industriais, tema que já foi objeto de análise no presente opinativo quando da verificação de compatibilidade material com a Constituição Federal.

**CONCLUSÃO**

Isto posto, opina-se:

a) pela inconstitucionalidade do art. 4º, §2, I e III, do Projeto de Lei nº 0221.1/2021 por ofensa à separação dos Poderes (CRFB, art. 2º) e violação à autonomia municipal (art. 18, *caput*, e art. 34, *caput* e VII, alínea 'c', ambos da CF/88);

b) pela inexistência de outros óbices constitucionais ou legais à tramitação do Projeto de Lei nº 0221.1/2021, que "Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina".

É o parecer.

**TÁRCIO AURÉLIO MONTEIRO DE MELO**

**Procurador do Estado**



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **3C0D0KF0**



Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **TARCIO AURELIO MONTEIRO DE MELO** (CPF: 007.XXX.124-XX) em 15/07/2021 às 16:39:01  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 24/05/2021 - 16:29:11 e válido até 24/05/2121 - 16:29:11.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NDXzEwMDY4XzAwMDEyNDUzXzEyNDYzXzlwMjFmM0MwRDBLRjA=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCC 00012453/2021** e o código **3C0D0KF0** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

**DESPACHO**

**Referência:** SCC 12453/2021

**Assunto:** Consulta sobre o pedido de diligência ao Projeto de Lei nº 0221.1/2021.

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

De acordo com o parecer exarado pelo Procurador do Estado, Dr. Tarcio Aurélio Monteiro de Melo, pelos próprios fundamentos, cuja ementa está assim lançada:

**Ementa:** Pedido de diligência. ALESC. Projeto de Lei nº 0221.1/2021, que "Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina". Norma programa. Política Pública. Ausência de vício de iniciativa. Constitucionalidade formal subjetiva. Fomento às atividades de ciência, tecnologia e inovação. Emenda Constitucional nº 85/2015. Competência legislativa concorrente dos entes federados. Constitucionalidade formal orgânica. Estímulo à criação de parques industriais. Autorização parlamentar para cessão de uso de imóveis públicos e efetivação de disponibilidade de áreas. Violação à separação dos poderes. Ofensa à autonomia municipal. Inconstitucionalidade material. Compatibilidade orçamentária com a Constituição. Ausência de vícios de legalidade.

À consideração .

Florianópolis, data da assinatura digital.

**SÉRGIO LAGUNA PEREIRA**  
Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos  
Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, designado



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **MD9X337K**



Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**SÉRGIO LAGUNA PEREIRA** em 15/07/2021 às 16:48:51

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:07:26 e válido até 13/07/2118 - 15:07:26.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NDXzEwMDY4XzAwMDEyNDUzXzEyNDYzXzlwMjFTUQ5WDMzN0s=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCC 00012453/2021** e o código **MD9X337K** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL**

**DESPACHO**

**Referência:** SCC 12453/2021

**Assunto:** Consulta sobre o pedido de diligência ao Projeto de Lei nº 0221.1/2021.

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

1. Acolho o **Parecer nº 347/21-PGE** da lavra do Procurador do Estado, Dr. Tarcio Aurélio Monteiro de Melo.
2. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Assuntos Legislativos (DIAL).

Florianópolis, data da assinatura digital.

**ALISSON DE BOM DE SOUZA**  
Procurador-Geral do Estado



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **A0A43X0L**



Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ALISSON DE BOM DE SOUZA** (CPF: 040.XXX.369-XX) em 15/07/2021 às 19:19:58  
Emitido por: "Autoridade Certificadora SERPRORFBv5", emitido em 23/03/2020 - 14:33:12 e válido até 23/03/2023 - 14:33:12.  
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NDXzEwMDY4XzAwMDEyNDUzXzEyNDYzXzlwMjFfQTBBNDNYMEw=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCC 00012453/2021** e o código **A0A43X0L** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Ofício Conjunto DCTI/DIEC nº 1184/2021  
Processo SCC 12454/2021

Florianópolis, 08 de julho de 2021.

**Assunto: Manifestação sobre Projeto de Lei**

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, em atenção ao Despacho COJUR/SDE nº 193/2021, constante no Processo SCC nº 12454/2021, vimos manifestar a opinião da Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovações (DCTI) e da Diretoria de Empreendedorismo e Competitividade (DIEC) acerca do Projeto de Lei nº 221.1/2021 constante no Processo SCC 12380/2021, que **"Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina"**.

Primeiramente, cabível mencionar que a Constituição da República teve uma alteração importante na Política de Ciência, Tecnologia e Inovação por meio da Emenda Constitucional nº 85/2015. A política passa, então, a ser promovida e incentivada pelo poder público dos diferentes entes federados, e possibilita diferentes parcerias com entes públicos e privados para a difusão, criação e transferência de tecnologia.

A partir dessa Emenda Constitucional, houve a atualização da Lei de Inovação (Lei nº 10.973 de 2004), por meio da Lei nº 13.243 de 2016, denominado de Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação que introduziu uma série de atividades a serem executadas pelos Estados e Municípios.

Em que pese a bela iniciativa do PL 0221.1/2021, é cabível mencionar que adaptou trechos da Lei nº 13.243 de 2016 para aplicação em âmbito estadual no que tange a criação de parques industriais.

Contudo, já existe PL tramitando sob o processo DSUST 00003283/2020 o qual consideramos mais abrangente, uma vez que "Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação no Estado de Santa Catarina" e, possivelmente, figurará como o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Catarina.

Isso porquê, o PL que tramita no processo DSUST 00003283/2020 não limitou-se apenas na estimulação na criação de Parques Industriais, mas sim, de forma mais abrangente a mobilização e difusão do desenvolvimento econômico e social, por meio de redes de inovação existentes ou com a articulação para criação de novas redes.

Imperioso ainda apontar que, na elaboração do anteprojeto de lei que tramita no processo DSUST 00003283/2020, foi amplamente discutida por todas as 40 entidades que fazem parte do Pacto pela Inovação, sendo revisada por um grupo de trabalho com membros da SDE, FAPESC, UDESC, OAB, além de instituições privadas, acreditando-se que, em relação ao tema especificamente técnico, a minuta já foi exaustivamente debatida, estando em



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL



consonância com as diretrizes nacionais e estaduais, bem como, com os objetivos do Estado de Santa Catarina.

Destacamos que o anteprojeto de lei (DSUST 0003283/2020) será enviado a Assembleia Legislativa de Santa Catarina para apreciação e possíveis inclusões e alterações do texto, momento em que poderá ser oportuno inserir pontos específicos para a matéria de parques tecnológicos industriais. Consideramos que inovação é uma fonte de desenvolvimento econômico e que a apresentação de matéria por parte da ALESC demonstra como é relevante para o desenvolvimento econômico sustentável de Santa Catarina.

Por fim, cabível ressaltar que a DCTI está em fase final de elaboração de projeto de Decreto para ser submetido à análise do Estado, para fins de formalização da Rede Catarinense de Centros de Inovação, a qual irá alavancar ainda mais a transformação do conhecimento em tecnologia e inovação. O papel do poder público nesse meio não se restringe às universidades e laboratórios de pesquisa, mas envolve a mobilização e difusão do conhecimento pela economia, exatamente o objetivo da Rede Catarinense de Centros de Inovação.

Dessa forma, a DCTI e a DIEC manifestam-se desfavoravelmente à minuta do Projeto de Lei n. 0221.1/2021 presente no processo SGPE: SCC 00012380/2021, uma vez que já existe um PL em trâmite (DSUST 00003283/2020) que abarca a matéria trazida pelo referido PL, para que não haja diversas leis tratando da mesma matéria, bem como, foi amplamente debatida previamente com diversas instituições, estando em perfeita harmonia com as alterações na legislação federal e de acordo com o interesse público para a política de inovação e para o Estado de Santa Catarina.

Respeitosamente

**MORIS CLEBER KOHL**

Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovações  
*Assinado digitalmente*

**CARLOS ALBERTO ARNS FILHO**

Diretor de Empreendedorismo e Competitividade  
*Assinado digitalmente*

Ao Senhor

**ANDERSON MIGUEL CHAVES DE CORDEIRO**

Consultor Jurídico

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDE



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **H47RG91U**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **MORIS CLEBER KOHL** em 08/07/2021 às 14:38:36  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 16/06/2021 - 16:53:31 e válido até 16/06/2121 - 16:53:31.  
(Assinatura do sistema)

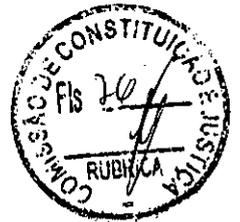
✓ **CARLOS ALBERTO ARNS FILHO** em 08/07/2021 às 15:02:11  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 31/03/2021 - 16:45:56 e válido até 31/03/2121 - 16:45:56.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NDXzEwMDY4XzAwMDEyNDU0XzEyNDY0XzlwMjFfSDQ3Ukc5MVU=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCC 00012454/2021** e o código **H47RG91U** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSULTORIA JURÍDICA

**PARECER N° 115/2021**  
**PROCESSO SCC 12454/2021**



**PEDIDO DE DILIGÊNCIA. PROJETO DE LEI N° 0221.1/2021, QUE "CRIA O PROGRAMA DE ESTÍMULO À CRIAÇÃO DE PARQUES INDUSTRIAIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA". ANÁLISE NOS TERMOS DO ART. 19 DECRETO N° 2.382, DE 28 DE AGOSTO DE 2014. REGULARIDADE DO PROCESSO.**

Trata-se de pedido de diligência oriundo da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), a respeito do Projeto de Lei (PL) n° 0221.1/2021, de origem parlamentar, que "Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina", a fim de colher manifestação desta Pasta, nos termos do art. 19 do Decreto n° 2.382, de 14 de agosto de 2014.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a presente manifestação<sup>1</sup>, fica adstrita aos aspectos gerais do processo, em função da necessidade de uniformização dos atos jurídicos, nos termos dos arts. 4º, I e 13, do Decreto n° 724, de 18 de outubro de 2007, uma vez que a Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina (PGE) foi consultada quanto à legalidade e constitucionalidade do tema.

Por sua vez, o posicionamento acima mencionado se fundamenta tão somente nos elementos constantes dos autos, apoiando-se no entendimento das áreas técnicas desta Pasta, afetas à matéria, as quais possuem competência para emitir opinião conclusiva acerca do tema.

O Projeto de Lei visa, em síntese, criar o Programa de

<sup>1</sup> Enunciado n° 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU: "o órgão consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade".



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado, apresentar as Ações do Programa, definir e conceituar, dispor sobre fomentos, estímulos e apoios, bem como sobre atores envolvidos e os direcionamentos do Programa.

A autora da proposta, Deputada Paulinha, expôs na justificativa do Projeto de Lei que o objetivo é "propiciar o desenvolvimento econômico, político, social e ambiental de Santa Catarina", por meio de "fornecimento de utensílios pelo poder público que possibilitem as ações coordenadas do setor produtivo" de modo a impulsionar a produção industrial no Estado.

Em razão do mérito da proposta legislativa, foram instadas a Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovação (DCTI) e Diretoria de Empreendedorismo e Competitividade (DIEC), ambas desta Pasta, as quais, conjuntamente, manifestaram-se desfavoráveis ao Projeto de Lei, conforme os termos exarados no Ofício Conjunto DCTI/DIEC nº 1184/2021, por entenderem que o assunto versado na iniciativa do PL nº 0221.1/2021, ainda que louvável, traz matérias, definições e outros arranjos já em discussão em minuta de Anteprojeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, nos termos dos autos do Processo nº DSUST 3283/2020.

Ademais, necessário destacar, nesse sentido, que o Projeto de Lei em análise, em tese, possui pontos que não harmonizam com a Lei nº 14.328, de 15 de janeiro de 2008, que "Dispõe sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no Estado de Santa Catarina e adota outras providências". Tais incompatibilidades podem abrir lacunas na execução das políticas de Inovação, Ciência e Tecnologia no Estado.

Em especial, cita-se que na proposta nº 0221.1/2021, as definições apresentadas no do art. 2º, parágrafo único, incisos III,



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**



V, VI e VIII, podem conflitar com os incisos XII, IV, VI e XI, do art. 2º da Lei 14.328, de 2008, colacionam-se:

**Projeto de Lei nº 0221.1/2021**

III - incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;

V - Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;

VI - Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei;

VIII - parque tecnológico: complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICTs, com ou sem vínculo entre si;

**Lei 14.328, de 15 de janeiro de 2008:**

XII - Incubadora de Empresas: organização ou sistema que estimula e apóia a criação e o desenvolvimento de empresas inovadoras, por meio do provimento de infra-estrutura básica compartilhada, da formação complementar do empreendedor e do suporte para alavancagem de negócios e recursos, visando facilitar os processos de inovação tecnológica e a competitividade;

IV - Instituições Científicas e Tecnológicas do Estado de Santa Catarina - ICTESC: órgão ou entidade da Administração Pública do Estado de Santa Catarina que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico;

VI - Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT: unidade de uma ICTESC constituída com a finalidade de orientar as atividades de inovação de interesse interno ou da sociedade;

XI - Parque Tecnológico: complexo de organizações empresariais, científicas e tecnológicas estruturadas de maneira planejada, concentrada e cooperativa para promover a cultura e a prática da inovação, a competitividade empresarial e a geração de riquezas



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

por meio da criação e fortalecimento de empresas inovadoras e da interação com Centros de Pesquisa e Desenvolvimento e com Instituições Científicas e Tecnológicas;

Assim, o PL n° 0221.1/2021 traz definições já existentes em legislação estadual vigente, porém, com pequenos contrastes, podendo ocasionar confrontos na interpretação e execução da mencionada Lei.

Outrossim, a proposta legislativa n° 0221.1/2021, traz em seu bojo a criação de Programa e Ações, além de outras medidas apresentadas em seus dispositivos, o que, eventualmente, poderá invadir as competências privativas do Governador do Estado e as atividades próprias do Administrador Público na construção de políticas e gestão, de modo que, em princípio, aparenta ferir a harmonia entre os poderes, como dispõem o artigo 32<sup>2</sup> c/c art. 71<sup>3</sup>, inciso III e alínea "a)" do inciso IV, todos da Constituição do Estado.

Observa-se que a proposta n° 0221.1/2021 não se limitou à criação do programa, ao contrário, parece impor obrigações ao Poder Executivo, tais como consta da redação dos arts. 3° e 4°.

A criação de programas com previsão de obrigações aos órgãos estaduais é atividade administrativa, representativa de atos de gestão, de escolha política para a satisfação das necessidades essenciais coletivas, atuação privativa do Poder Executivo.

Quando o Poder Legislativo atua, sob sua iniciativa, de forma direta, como é o caso, ao criar atribuições a órgãos ou entidades

<sup>2</sup> Art. 32. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único. Salvo as expressas exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar competências.

<sup>3</sup> Art. 71. São atribuições privativas do Governador do Estado: [...]

III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

IV - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**



Governo, na área de competência de outro Poder, *in casu*, do Executivo, incorre em ingerência, dando ensejo à inconstitucionalidade da norma.

Sobre o tema, o STF já decidiu que:

*"O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. (...) Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgredindo o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação ultra vires do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais."*

Ainda nesse sentido, a ADI nº 2.443-MC/RS:

*Compete privativamente ao Poder Executivo (CF, alínea e do inciso II do § 1º do artigo 61) a iniciativa de projeto de lei que confere atribuição a órgãos subordinados ao Governador do Estado. [ADI 2.443-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgado em 7-6-01, DJ 29-8-03].*

Na mesma linha, o art. 7º do PL nº 0221.1/2021<sup>4</sup>, ao direcionar a obrigação para o Chefe do Poder Executivo regulamentar a proposta no prazo de 90 (noventa) dias, aparentemente, invade a esfera do Executivo. Sobre o tema, é o julgado da Corte Superior:

*"Trata-se de ação direta na qual se pretende seja declarada inconstitucional lei amazonense que dispõe sobre a realização gratuita do exame de DNA. (...) Os demais incisos do art. 2º, no entanto, não guardam compatibilidade com o texto constitucional. (...) No caso, no entanto, o preceito legal marca prazo para que o Executivo exerça função regulamentar de sua atribuição, o que ocorre amiúde, mas não deixa de afrontar o princípio da interdependência e harmonia entre os Poderes. A determinação de prazo para que o chefe do Executivo exerça função que lhe incumbe originariamente, sem que expressiva de dever de regulamentar, tenho-a por inconstitucional. (...) Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido formulado e declaro inconstitucionais os incisos I, III e IV, do art. 2º, bem como a expressão "no prazo de sessenta dias a contar da sua publicação", constante do caput do art. 3º da Lei 50/2004 do Estado do Amazonas." (ADI 3.394, voto do rel. min. Eros Grau, j. 2-4-2007, P, DJE de 15-8-2008.) (grifou-se)*

<sup>4</sup> Fl. 8 dos autos do Processo SCC 12380/2021.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

Portanto e apesar de não ser tema central desta análise, aparentemente, em relação à constitucionalidade material, em princípio, há incompatibilidade entre a Constituição Estadual e o Projeto de Lei ora em análise. De igual modo, como apresentado alhures, verifica-se, em tese, que, aparentemente, há conflito entre o PL n° 0221.1/2021 e a Lei n° 14.328, de 2008, em razão de não harmonização.

Ante o exposto e dentro dos limites de atribuição desta Pasta, opino<sup>5</sup> pela regularidade do presente processo, recomendando ao Senhor Secretário que, ao considerar as manifestações técnicas acima mencionadas, se posicione de forma contrária ao Projeto de Lei n° 0221.1/2021.

É o parecer, que submeto à superior consideração.

Florianópolis, 16 de julho de 2021.

(assinado digitalmente)

**ANDERSON MIGUEL CHAVES DE CORDEIRO**  
Consultor Executivo<sup>6</sup>

<sup>5</sup> A função do Advogado Público (ou assessor jurídico) quando atua em órgão jurídico de consultoria da Administração é, de quando consultado, emitir uma peça (parecer) técnico-jurídica proporcional à realidade dos fatos, respaldada por embasamento legal, não podendo ser alçado à condição de administrador público, quando emana um pensamento jurídico razoável, construído em fatos reais e com o devido e necessário embasamento legal. (TRF1, AG 0003263-55.2012.4.01.0000 / AM - 08/03/2013 - Desembargadora Federal Monica Sifuentes.

<sup>6</sup> Portaria SDE n° 460/2021, de 12 de julho de 2021 - OAB/SC 32.977.



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **RNFB2828**



Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ANDERSON MIGUEL CHAVES DE CORDEIRO** em 16/07/2021 às 20:29:04  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:46:39 e válido até 30/03/2118 - 12:46:39.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NDXzEwMDY4XzAwMDEyNDU0XzEyNDY0XzlwMjFfUK5GQjI4Mjg=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCC 00012454/2021** e o código **RNFB2828** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
GABINETE DO SECRETÁRIO

Ofício GABS nº 1251/2021  
Processo SCC 12454/2021

Florianópolis, 16 de julho de 2021.

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos do Ofício nº 1097/CC-DIAL-GEMAT, que encaminha para análise e manifestação o Projeto de Lei (PL) nº 0221.1/2021, que "Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina", oriundo da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), sirvo-me do presente para encaminhar a manifestação desta Pasta, por meio do Ofício Conjunto DCTI/DIEC nº 1184/2021, oriundo da Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovação e da Diretoria de Empreendedorismo e Competitividade, e do Parecer nº 115/2021, oriundo da Consultoria Jurídica, cujos teores ratifico, posicionando-me, dentro do escopo das competências desta Secretaria, de forma contrária ao PL nº 0221.1/2021.

No mais, coloco-me à disposição para eventuais novos esclarecimentos.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)  
**LUCIANO JOSÉ BULIGON**  
Secretário de Estado

Senhor  
**IVAN S. THIAGO DE CARVALHO**  
Diretor de Assuntos Legislativos  
Casa Civil  
Nesta.

Rod. SC 401, km 5, nº 4756 - Ed. Office Park -Bloco 2 - 2º andar - Saco Grande II  
88032-005 - Florianópolis - SC  
Fone:(48) 3665 4200 - [sde@sde.sc.gov.br](mailto:sde@sde.sc.gov.br) - [www.sde.sc.gov.br](http://www.sde.sc.gov.br)





## Assinaturas do documento



Código para verificação: **QP044KR1**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**LUCIANO JOSE BULIGON** em 16/07/2021 às 20:31:50

Emitido por: "SGP-e", emitido em 09/02/2021 - 14:04:29 e válido até 09/02/2121 - 14:04:29.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NDXzEwMDY4XzAwMDEyNDU0XzEyNDY0XzlwMjFfUVAwNDRLUjE=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCC 00012454/2021** e o código **QP044KR1** ou aponte a câmera para o QR.Code presente nesta página para realizar a conferência.





## DEVOLUÇÃO

Após respondida a diligência, usando os atributos do Regimento Interno em seu artigo 142, devolve-se o presente Processo Legislativo PL./0221.1/2021 para o Senhor Deputado Coronel Mocellin, para exarar relatório conforme prazo regimental.

Sala da Comissão, em 31 de agosto de 2021

Alexandre Luiz Soares  
Chefe de Secretaria





## REDISTRIBUIÇÃO

Faça-se a remessa dos autos do Processo Legislativo nº PL./0221.1/2021, pelo princípio de REDISTRIBUIÇÃO, aa Senhora Deputada Ana Campagnolo, Membro desta Comissão, por ter sido designado RELATOR, com base no artigo 128, inciso VI, do Regimento Interno, pelo(a) Sr(a). Dep. Milton Hobus, Presidente da Comissão.

Informa-se que o prazo regimental final para apresentação do relatório expira no dia não definido.

Sala da Comissão, em 3 de setembro de 2021

  
Alexandre Luiz Soares  
Chefe de Secretaria

•  
•



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 0221.1/2021

“Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.”

**Autora:** Deputada Paulinha

**Relatora:** Deputada Ana Caroline Campagnolo

### I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 0221.1/2021 de autoria da Deputada Paulinha, que “Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.”

O Projeto de Lei foi lido no Expediente desta Casa Legislativa no dia 15 de junho de 2021, sendo posteriormente encaminhado para esta Comissão, na qual foi designado como Relator o Deputado Coronel Mocellin.

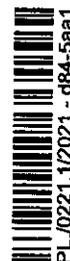
Foi efetuado Requerimento de diligência, o qual foi respondido no dia 31 de agosto de 2021. O Projeto foi redistribuído por nova composição da comissão e encaminhado à mim para apresentar parecer.

É o breve relatório.

### II – VOTO

Inicialmente destaco a nobre iniciativa da Deputada proponente, entretanto, conforme se extrai das diligências efetuadas e após análise das respostas, ficou evidenciado que o Projeto de Lei em questão atende ao interesse público no tocante ao seu mérito, e é, em sua maior parte, constitucional.

De acordo com a Consultoria Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado, inexistem óbices constitucionais ou legais à tramitação deste Projeto de Lei,







exceto pelos seus incisos I e III do §2º do Art. 4º que configuram ofensa à separação dos Poderes (CRFB, art. 2º) e violação à autonomia municipal (art. 18, *caput*, e art. 34, *caput* e VII, alínea 'c', ambos da CF/88)

Pelo exposto, com base nos regimentais arts. 72, I e XV, 144, I, parte inicial, 145, caput (competência exclusiva da CCJ e da CFT para examinarem pareceres terminativos da tramitação de proposições, admitindo sua continuidade, ou não), 209, I, parte final, e 210, II, voto, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, pela **APROVAÇÃO** da continuidade da regimental tramitação do Projeto de Lei nº 0221.1/2021 nos termos da **EMENDA SUPRESSIVA ANEXA**.

Sala da Comissão,

*Plalienação há  
lei específica*

Deputada Ana Campagnolo  
Relatora







**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprime o incisos I do § 2º do Art. 4º do Projeto de Lei nº 0221.1 de 2021 que Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina"

Fica suprimido o inciso III do §2º do Art. 4º do Projeto de Lei nº 0221.1/2021:

"Art. 4º.....

§2º.....

I - .....

II - .....

III - Suprimido

Sala das comissões,

19/10/2021

*Ana Campagnolo*

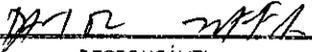
**ANA CAMPAGNOLO**  
**Deputada Estadual**

APROVADO EM TURNO ÚNICO  
Em Sessão de 12/11/2021 A Comissão de  
Redação de Leis.  
*[Signature]*  
Secretário



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE

À PUBLICAÇÃO 03/09/23

  
RESPONSÁVEL



## PEDIDO DE VISTA

Sobrestou-se a deliberação do Processo Legislativo nº PL./0221.1/2021, em virtude do PEDIDO DE VISTA, concedido com base no art. 130, inciso XII, do Regimento Interno (Resolução nº 001/2019).

Em consequência, faça-se a remessa dos presentes autos ao requerente, o Senhor Deputado José Milton Scheffer, que tem como prazo máximo o dia não definido, para manifestação, conforme preceito regimental previsto no art. 140, parágrafo 2º.

Sala da Comissão, em 19 de outubro de 2021

  
R/ Alexandre Luiz Soares  
Chefe de Secretaria





### FOLHA DE VOTAÇÃO

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, nos termos dos artigos 146, 149 e 150 do Regimento Interno,

aprovou  unanimidade  com emenda(s)  aditiva(s)  substitutiva global  
 rejeitou  maioria  sem emenda(s)  supressiva(s)  modificativa(s)

RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) **ANA CAMPAGNOLO**, referente ao

Processo **PL./0221.1/2021**, constante da(s) folha(s) número(s) **33 A 35**.

OBS.:

Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Milton Hobus	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Ana Campagnolo <i>Dep. Yana Lopes</i>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Fabiano da Luz	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. João Amin	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. José Milton Scheffer	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Maurício Eskudlark	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Moacir Sopelsa	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Paulinha	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Valdir Cobalchini	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Reunião ocorrida em **26/10/2021**  
*[Signature]*  
Coordenadoria das Comissões  
**Evandro Carlos dos Santos**  
Coordenador das Comissões  
Matrícula 3748





## TERMO DE REMESSA

Tendo a Comissão de Constituição e Justiça, em sua reunião de 26 de outubro de 2021, exarado Parecer FAVORÁVEL com APROVAÇÃO da(s) emenda(s) Supressiva(s) ao Processo Legislativo nº PL./0221.1/2021, referente ao seu campo temático, procede-se a remessa dos autos à Coordenadoria das Comissões para que se dê curso à tramitação do feito nos termos regimentais.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2021

  
Alexandre Luiz Soares  
Chefe de Secretaria





## DISTRIBUIÇÃO

O Senhor Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão, designou RELATOR do Processo Legislativo nº PL./0221.1/2021, o Senhor Deputado Silvio Dreveck, Membro desta Comissão, com base no artigo 130, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução nº 001/2019).

Em consequência, faça-se a remessa dos autos do Processo Legislativo acima citado ao Senhor Relator designado, observando o cumprimento do prazo regimental.

Sala da Comissão, em 27 de outubro de 2021

Jéssica Camargo Geraldo  
Chefe de Secretaria de  
Comissão Permanente

*Jéssica Camargo Geraldo*  
Chefe de Secretaria





**RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI N. 0221.1/2021**

**EMENTA:** Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

**AUTOR:** Deputada Paulinha

**RELATOR:** Deputado Silvio Dreveck

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei nº 0221.1/2021 de autoria da Deputada Paulinha que visa criar o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

A justificativa, em suma, trazia pela autora do Projeto de Lei é ser:

[...] notória a necessidade da criação de um programa de incentivo de âmbito estadual, que vise estimular a produção industrial no Estado, sobretudo através do fornecimento de utensílios pelo poder público que possibilitem as ações coordenadas do setor produtivo.[...](Fl. 6 dos autos digitais);

Submetido a Comissão de Constituição e Justiça foi designado inicialmente relator o Deputado Cel. Mocelin que requereu diligências à Procuradoria Geral do Estado, à Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável, e à FECAM.







Em resposta, a PGE manifestou não haver óbice legal constitucional ao Projeto de Lei, exceto pelos incisos I e III do §2º do art. 4º, quais no seu entender são inconstitucionais, em razão de:

- 1- Ofender o princípio da separação dos Poderes, porquanto o dispositivo supracitado do PL autoriza o chefe do Poder Executivo a doar ou ceder bens públicos sem especificar quais, ao passo que o STF já decidiu na ADI 425 ser necessário especificar qual bem específico o Poder Legislativo autoriza o Executivo a dispor.
- 2- E ainda, por ofender a autonomia municipal, ao autorizar a cessão e doação de bens municipais, competência essa exclusiva dos legislativos municipais.

A Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável se manifestou contrária ao Projeto de Lei.

A Deputada Ana Campagnolo foi designada nova relatora na Comissão de Constituição e Justiça, tendo apresentado relatório e voto pela admissibilidade do Projeto de Lei com emenda supressiva que suprime os incisos I e III do §2º do art. 4º, acatando o entendimento da PGE. Foi acompanhada pela unanimidade dos membros daquela Comissão.

É o breve relatório.

## II - VOTO

Da análise nesta Comissão, há que se observar o que preceituam os arts. 73, II, e 144, II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, quanto aos aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa



IMPORTANTE: não substitui o processo.





pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual.

No Projeto de Lei, ora apresentado, como bem se extraí do parecer da PGE<sup>1</sup>:

Sob o enfoque orçamentário, registre-se que não se constata a criação ou o aumento dedespesa como decorrência do PL, não se aplicando, portanto, a exigência constitucional de indicação da dotação orçamentária que dará suporte ao início do programa (art. 123, I, da Carta Estadual).

De acordo com o princípio orçamentário da proibição de estorno de verbas, é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (CF, art. 167, VI).

Contudo, a Emenda Constitucional no 85 de 2015 trouxe uma exceção ao princípio da proibição de estorno de verbas ao acrescentar o § 5º no art.167 da CF/88, segundo o qual:

"§ 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo."

<sup>1</sup> Autos físicos fl.21 frente e verso, digitais doc 4. Resultados de Diligências pgs 19 e 20.





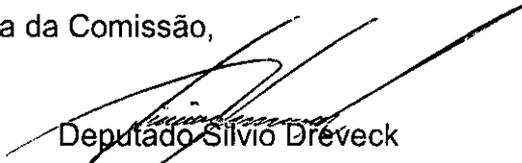


Cuida-se de exceção aplicável à matéria objeto do presente PL, o que se compatibiliza, inclusive, com a previsão do art. 7º, que delega ao Poder Executivo a atribuição de regulamentar a proposição legislativa. Assim, com o desiderato de implementar a política pública no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, o Chefe do Poder Executivo se encontra autorizado a realocar os recursos orçamentários de uma categoria de programação para a outra, ou de um órgão para o outro, sem necessidade de prévia autorização do Poder Legislativo.

Nesse sentido, verifico que o Projeto de Lei, superada a competência da Comissão de Constituição e Justiça para apreciar a constitucionalidade das matérias, está apto ao prosseguimento de seu trâmite nesta Assmbléia Legislativa.

Ante o exposto, no que concerne às atribuições desta Comissão de Finanças e Tributação, manifesto-me, com fulcro na inteligência combinada dos arts. 73, II, 144, II, 145, caput, parte final e 209, II, FAVORÁVEL pela continuidade da regimental tramitação do Projeto de Lei nº 0221.1/2021 nos termos da emenda supressiva apresentada na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala da Comissão,

  
Deputado Sílvio Dreveck

Relator



IMPORTANTE: não substitui o processo físico.





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COMISSÃO DE  
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO



### FOLHA DE VOTAÇÃO PRESENCIAL

A COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, nos termos dos artigos 146, 149 e 150 do Regimento Interno,

aprovou  unanimidade  com emenda(s)  aditiva(s)  substitutiva global  
 rejeitou  maioria  sem emenda(s)  supressiva(s)  modificativa(s)

RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) Silvio Dreveck, referente ao

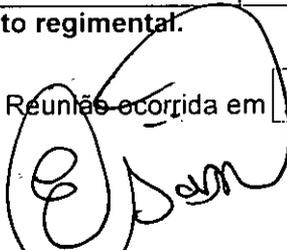
Processo PL./0221.1/2021, constante da(s) folha(s) número(s) 40 a 43

OBS.:

Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Marcos Vieira	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Bruno Souza	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Coronel Mocellin	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Jerry Comper	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Julio Garcia	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Luciane Garminatti	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Marlene Fengler	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Sargento Lima	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Silvio Dreveck	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Reunião ocorrida em 17/11/2021

  
Coordenadora das Comissões





## TERMO DE REMESSA

Tendo a Comissão de Finanças e Tributação, em sua reunião de 17 de novembro de 2022, exarado Voto FAVORÁVEL à(s) Emenda(s) Supressiva(s) ao Processo Legislativo PL/0221.1/2021, referente ao seu campo temático, procede-se a remessa dos autos à Coordenadoria das Comissões para que se dê curso à tramitação do feito nos termos regimentais.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 2022

Rossana Maria Borges Espezin  
Chefe de Secretaria





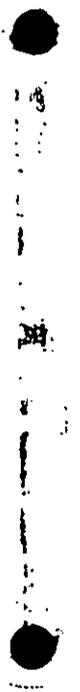
## DISTRIBUIÇÃO

O Senhor Deputado Jair Miotto, Presidente da Comissão, designou RELATOR do Processo Legislativo nº PL./0221.1/2021, o Senhor Deputado Bruno Souza, Membro desta Comissão, com base no artigo 130, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução nº 001/2019).

Em consequência, faça-se a remessa dos autos do Processo Legislativo acima citado ao Senhor Relator designado, observando o cumprimento do prazo regimental.

Sala da Comissão, em 24 de novembro de 2021

  
Claudio Luiz Sebben  
Chefe de Secretaria





## RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI Nº 0221.1/2021

**“Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.”**

**Autor:** Dep. Paulinha  
**Rel.:** Dep. Bruno Souza

### I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria da Deputada Paulinha, que “Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina”.

O Projeto foi lido em expediente em 15 de junho de 2021 e encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, onde foi distribuído ao Relator Dep. Coronel Mocellin, que requereu diligência externa à Procuradoria Geral do Estado, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e à Federação Catarinense de Municípios — FECAM.

Em resposta, a Procuradoria Geral do Estado opinou:

- a) pela inconstitucionalidade do art. 4º, § 2º, I e III, do Projeto de Lei nº 0221.1/2021 por ofensa à separação dos Poderes (CRFB, art. 2º) e violação à autonomia municipal (art. 18, *caput*, e art. 34, *caput* e VII, alínea 'c', ambos da CF/88);
- b) pela inexistência de outros óbices constitucionais ou legais à tramitação do Projeto de Lei no 0221.1/2021, que “Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina”.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável se posicionou, por meio do Secretário em exercício, de forma contrária ao presente projeto, informando que tramita em processo interno do Poder Executivo anteprojeto de lei com objetivo similar e mais abrangente.

Após o retorno da referida diligência, a matéria foi redistribuída à deputada Ana Campagnolo, esta emitiu parecer favorável, com emenda supressiva



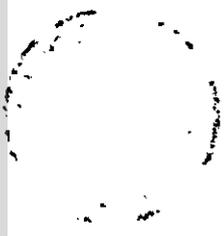


ao art. 4º, § 2º, III, que foi aprovado por unanimidade naquele órgão colegiado.

Na Comissão de Finanças e Tributação, foi designado Relator o Dep. Silvio Dreveck, que emitiu parecer favorável, também aprovado por unanimidade.

Nesta Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, a matéria foi distribuída a mim para emitir parecer.

É o relatório.





## II – VOTO

Cabe a esta Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, conforme o disposto nos artigos 144, III e 81, II, III e X, ambos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a análise da matéria sob a ótica do interesse público, do desenvolvimento industrial e comercial e do estímulo à livre iniciativa e à livre concorrência.

Nesse sentido, verifico que a proposição se trata de política pública que visa estimular a produção industrial no Estado, sobretudo no âmbito tecnológico e na promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, atendendo, portanto, ao interesse público sob a ótica desta Comissão.

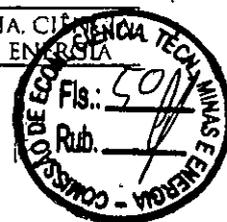
Quanto aos dispositivos específicos do aludido projeto de lei, verifico que em suma atendem e estão em consonância com o disposto na Legislação Nacional vigente, especificamente com a Lei Federal nº 10.973/2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

Pelas razões acima, com fundamento no art. 144, III, em conjunto com o art. 81, ambos do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 0221.1/2021, acolhendo a emenda supressiva de fl. 53, no âmbito desta Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Sala das Comissões,

Deputado Bruno Souza





FOLHA DE VOTAÇÃO VIRTUAL

A COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA, nos termos dos artigos 146, 149 e 150 do Regimento Interno,

aprovou  unanimidade  com emenda(s)  aditiva(s)  substitutiva global

rejeitou  maioria  sem emenda(s)  supressiva(s)  modificativa(s)

RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) Bruno Souza, referente ao

Processo PL 0221/2021, constante da(s) folha(s) número(s) 47-49.

OBS.:

Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Jair Miotto	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Ada de Luca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Bruno Souza	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Ivan Naatz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. João Amin	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Luciane Carminatti	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Marcos Vieira	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Reunião virtual ocorrida em 07/12/2022

Fabiano Henrique da Silva Souza  
Coordenador das Comissões  
Matricula 3781





## TERMO DE REMESSA

Tendo a Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, em sua reunião de 7 de dezembro de 2022, exarado Parecer FAVORÁVEL à(s) emenda(s) Supressiva(s) ao Processo Legislativo nº PL./0221.1/2021, referente ao seu campo temático, procede-se a remessa dos autos à Coordenadoria das Comissões para que se dê curso à tramitação do feito nos termos regimentais.

Sala da Comissão, 7 de dezembro de 2022

  
Claudio Luiz Sebben  
Chefe de Secretaria





Projeto de Lei nº 0221.1, 2021

Procedência: Dep. Paulinha

COMUNICADO AO PLENÁRIO

SESSÃO \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

PARA ORDEM DO DIA

SESSÃO de 13/12/22

APROVADO EM TURNO ÚNICO  
Em Sessão de 13/12/22 A Comissão de  
Redação de Leis.  
Secretário

APROVADA A REDAÇÃO FINAL  
LAVRE SE O ATO  
Sessão de 13/12/22  
Secretário





REF: Projeto de Lei nº. 0221.1/2021  
Ofício GDP 3C212022

**Excelentíssimo Senhor  
DEPUTADO MILTON HOBUS  
Presidente da CCJ  
Nesta Casa**



Florianópolis-SC, em 13 de dezembro de 2022.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, venho por meio deste, solicitar a Vossa Senhoria, para que se possível, em conjunto a Coordenadoria de Expediente desta casa, promova a alteração na redação final do PL 0221.1/2021, da seguinte forma:

No art. 4º, parágrafo segundo, ocorreu a repetição da expressão "as respectivas agências de fomento", devendo ser desconsiderada uma das expressões na redação final.

No art. 2º, ocorreu a sucessão direta do inciso VIII para o X, devendo a redação final ser reenumerada e reajustada para sequência do inciso VIII em diante na forma dos algarismos romanos subsequentes.

Sendo o que havia para o momento, coloco-me a inteira disposição de Vossa Excelência para novos esclarecimentos.

Paulinha  
Deputada Estadual





EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 221/2021

Na Redação Final do Projeto de Lei nº 221/2021 proceda-se as seguintes alterações:

- a) no art. 2º, renumerem-se os incisos X, XI, XII e XIII para IX, X, XI e XII, respectivamente;
- b) no art. 4º, § 2º:

Onde se lê: “§ 2º Para os fins previstos no *caput* o Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento, **as respectivas agências de fomento** e as ICTs públicas poderão:”

Leia-se: “§ 2º Para os fins previstos no *caput* o Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente **as respectivas agências de fomento** e as ICTs públicas poderão:”

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de dezembro de 2022.

Deputado **MILTON HOBUS**  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

**JUSTIFICATIVA**

A presente Emenda à Redação Final tem por objetivo adequar a Redação Final do Projeto de Lei nº 221/2021 ao que pretendia o autor, de acordo com a solicitação às fls. destes autos.





## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 221/2021

Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

### DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. São ações do Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina:

I – promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social;

II – promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade;

III – redução das desigualdades regionais;

IV – descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de Governo, com desconcentração em cada Município por meio das associações de Município;

V – promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas;

VI – estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos industriais no Estado de Santa Catarina;

VII – promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional;

VIII – incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;

IX – promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica;





X – fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICTs;

XI – atratividade dos instrumentos de fomento e de crédito, bem como sua permanente atualização e aperfeiçoamento;

XII – simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação;

XIII – utilização do poder de compra do Estado para fomento à inovação;

XIV – apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao sistema produtivo.

Art. 2º O Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina compreende a atuação conjunta de ações do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, em coordenação aos Municípios e associações municipais, conjuntamente ao setor produtivo e industrial que atua ou visa atuar no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Consideram-se elementos do Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina:

I – indústria: atividade econômica, onde ocorre a transformação de matérias-primas em produtos elaborados pelo homem com a finalidade comercial;

II – criador industrial: pessoa física que seja inventora, obtentora ou autora de criação de projeto industrial;

III – incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;

IV – inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;

V – Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;

VI – Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei;





VII – fundação de apoio: fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação de interesse das ICTs, nos termos da Lei federal nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016;

VIII – parque tecnológico industrial: complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICTs, com ou sem vínculo entre si;

IX – polo tecnológico: ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, *marketing* e comercialização de novas tecnologias;

X – extensão tecnológica: atividade que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado;

XI – bônus tecnológico: subvenção a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte, com base em dotações orçamentárias de órgãos e entidades da Administração Pública, destinada ao pagamento de compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de contratação de serviços tecnológicos especializados, ou transferência de tecnologia, quando esta for meramente complementar àqueles serviços, nos termos de regulamento;

XII – capital intelectual: conhecimento acumulado pelo pessoal da organização, passível de aplicação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Art. 3º É incumbência coordenada do Poder Executivo de Santa Catarina, de seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia industrial.

Parágrafo único. O apoio previsto no *caput* poderá contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos, e a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.

Art. 4º O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento e as ICTs poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.





§ 1º As incubadoras de empresas, os parques e polos tecnológicos industriais e os demais ambientes promotores da inovação estabelecerão suas regras para fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em parceria e para seleção de empresas para ingresso nesses ambientes.

§ 2º Para os fins previstos no *caput* o Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento e as ICTs públicas poderão:

I – ceder o uso de imóveis para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, diretamente às empresas e às ICTs interessadas ou por meio de entidade com ou sem fins lucrativos que tenha por missão institucional a gestão de parques e polos tecnológicos e industriais e de incubadora de empresas, mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, na forma de regulamento;

II – participar da criação e da governança das entidades gestoras de parques tecnológicos ou de incubadoras de empresas, desde que adotem mecanismos que assegurem a segregação das funções de financiamento e de execução.

Art. 5º O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento, atuarão na interação com ICTs e empresas brasileiras e oferecendo-lhes o acesso aos instrumentos de fomento, visando ao adensamento do processo de inovação no País.

Art. 6º A ICT pública poderá, mediante contrapartida financeira ou não financeira e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

I – compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICT ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;

II – permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICT, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, desde que tal permissão não interfira diretamente em sua atividade-fim nem com ela conflite;

III – permitir o uso de seu capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Parágrafo único. O compartilhamento e a permissão de que tratam os incisos I e II do *caput* obedecerão às prioridades, aos critérios e aos requisitos aprovados e divulgados pela ICT pública, observadas as respectivas disponibilidades e assegurada a igualdade de oportunidades a empresas e demais organizações interessadas.





Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até 90 (noventa) dias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de dezembro  
de 2022.

Deputado **MILTON HOBUS**  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE

À PUBLICAÇÃO 03/02/23

[Assinatura]

RESPONSÁVEL



## AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 221/2021

Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

### DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. São ações do Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina:

I – promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social;

II – promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade;

III – redução das desigualdades regionais;

IV – descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de Governo, com desconcentração em cada Município por meio das associações de Município;

V – promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas;

VI – estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos industriais no Estado de Santa Catarina;

VII – promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional;

VIII – incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;

IX – promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica;





X – fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICTs;

XI – atratividade dos instrumentos de fomento e de crédito, bem como sua permanente atualização e aperfeiçoamento;

XII – simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação;

XIII – utilização do poder de compra do Estado para fomento à inovação;

XIV – apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao sistema produtivo.

Art. 2º O Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina compreende a atuação conjunta de ações do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, em coordenação aos Municípios e associações municipais, conjuntamente ao setor produtivo e industrial que atua ou visa atuar no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Consideram-se elementos do Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina:

I – indústria: atividade econômica, onde ocorre a transformação de matérias-primas em produtos elaborados pelo homem com a finalidade comercial;

II – criador industrial: pessoa física que seja inventora, obtentora ou autora de criação de projeto industrial;

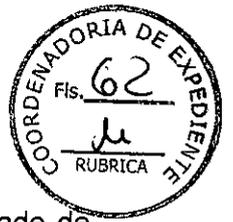
III – incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;

IV – inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;

V – Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;

VI – Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei;





VII – fundação de apoio: fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação de interesse das ICTs, nos termos da Lei federal nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016;

VIII – parque tecnológico industrial: complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICTs, com ou sem vínculo entre si;

IX – polo tecnológico: ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, *marketing* e comercialização de novas tecnologias;

X – extensão tecnológica: atividade que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado;

XI – bônus tecnológico: subvenção a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte, com base em dotações orçamentárias de órgãos e entidades da Administração Pública, destinada ao pagamento de compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de contratação de serviços tecnológicos especializados, ou transferência de tecnologia, quando esta for meramente complementar àqueles serviços, nos termos de regulamento;

XII – capital intelectual: conhecimento acumulado pelo pessoal da organização, passível de aplicação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Art. 3º É incumbência coordenada do Poder Executivo de Santa Catarina, de seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia industrial.

Parágrafo único. O apoio previsto no *caput* poderá contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos, e a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.

Art. 4º O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento e as ICTs poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.





§ 1º As incubadoras de empresas, os parques e polos tecnológicos industriais e os demais ambientes promotores da inovação estabelecerão suas regras para fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em parceria e para seleção de empresas para ingresso nesses ambientes.

§ 2º Para os fins previstos no *caput* o Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento e as ICTs públicas poderão:

I – ceder o uso de imóveis para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, diretamente às empresas e às ICTs interessadas ou por meio de entidade com ou sem fins lucrativos que tenha por missão institucional a gestão de parques e polos tecnológicos e industriais e de incubadora de empresas, mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, na forma de regulamento;

II – participar da criação e da governança das entidades gestoras de parques tecnológicos ou de incubadoras de empresas, desde que adotem mecanismos que assegurem a segregação das funções de financiamento e de execução.

Art. 5º O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento, atuarão na interação com ICTs e empresas brasileiras e oferecendo-lhes o acesso aos instrumentos de fomento, visando ao adensamento do processo de inovação no País.

Art. 6º A ICT pública poderá, mediante contrapartida financeira ou não financeira e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

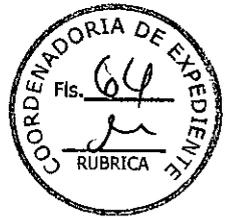
I – compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICT ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;

II – permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICT, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, desde que tal permissão não interfira diretamente em sua atividade-fim nem com ela conflite;

III – permitir o uso de seu capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Parágrafo único. O compartilhamento e a permissão de que tratam os incisos I e II do *caput* obedecerão às prioridades, aos critérios e aos requisitos aprovados e divulgados pela ICT pública, observadas as respectivas disponibilidades e assegurada a igualdade de oportunidades a empresas e demais organizações interessadas.





Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até 90 (noventa) dias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de dezembro de 2022.

Deputado **MOACIR SOPELSA**  
Presidente





LEI Nº 18.587, DE 6 DE JANEIRO DE 2023

Cria o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. São ações do Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina:

I – promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social;

II – promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade;

III – redução das desigualdades regionais;

IV – descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de Governo, com desconcentração em cada Município por meio das associações de Município;

V – promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas;

VI – estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos industriais no Estado de Santa Catarina;

VII – promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional;

VIII – incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;

IX – promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica;

X – fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICTs;

XI – atratividade dos instrumentos de fomento e de crédito, bem como sua permanente atualização e aperfeiçoamento;





XII – simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação;

XIII – utilização do poder de compra do Estado para fomento à inovação;

XIV – apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao sistema produtivo.

Art. 2º O Programa de Estímulo a Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina compreende a atuação conjunta de ações do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, em coordenação aos Municípios e associações municipais, conjuntamente ao setor produtivo e industrial que atua ou visa atuar no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Consideram-se elementos do Programa de Estímulo à Criação de Parques Industriais no Estado de Santa Catarina:

I – indústria: atividade econômica, onde ocorre a transformação de matérias-primas em produtos elaborados pelo homem com a finalidade comercial;

II – criador industrial: pessoa física que seja inventora, obtentora ou autora de criação de projeto industrial;

III – incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;

IV – inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;

V – Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;

VI – Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei;

VII – fundação de apoio: fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação de interesse das ICTs, nos termos da Lei federal nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016;





VIII – parque tecnológico industrial: complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICTs, com ou sem vínculo entre si;

IX – polo tecnológico: ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, *marketing* e comercialização de novas tecnologias;

X – extensão tecnológica: atividade que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado;

XI – bônus tecnológico: subvenção a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte, com base em dotações orçamentárias de órgãos e entidades da Administração Pública, destinada ao pagamento de compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de contratação de serviços tecnológicos especializados, ou transferência de tecnologia, quando esta for meramente complementar àqueles serviços, nos termos de regulamento;

XII – capital intelectual: conhecimento acumulado pelo pessoal da organização, passível de aplicação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Art. 3º É incumbência coordenada do Poder Executivo de Santa Catarina, de seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia industrial.

Parágrafo único. O apoio previsto no *caput* poderá contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos, e a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.

Art. 4º O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento e as ICTs poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

§ 1º As incubadoras de empresas, os parques e polos tecnológicos industriais e os demais ambientes promotores da inovação estabelecerão suas regras para fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em parceria e para seleção de empresas para ingresso nesses ambientes.





§ 2º Para os fins previstos no *caput* o Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento e as ICTs públicas poderão:

I – (Vetado)

II – participar da criação e da governança das entidades gestoras de parques tecnológicos ou de incubadoras de empresas, desde que adotem mecanismos que assegurem a segregação das funções de financiamento e de execução.

Art. 5º O Poder Executivo de Santa Catarina, seus Municípios e associações municipais, conjuntamente as respectivas agências de fomento, atuarão na interação com ICTs e empresas brasileiras e oferecendo-lhes o acesso aos instrumentos de fomento, visando ao adensamento do processo de inovação no País.

Art. 6º A ICT pública poderá, mediante contrapartida financeira ou não financeira e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

I – compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICT ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;

II – permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICT, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, desde que tal permissão não interfira diretamente em sua atividade-fim nem com ela conflite;

III – permitir o uso de seu capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Parágrafo único. O compartilhamento e a permissão de que tratam os incisos I e II do *caput* obedecerão às prioridades, aos critérios e aos requisitos aprovados e divulgados pela ICT pública, observadas as respectivas disponibilidades e assegurada a igualdade de oportunidades a empresas e demais organizações interessadas.

Art. 7º (Vetado)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 6 de janeiro de 2023.

**JORGINHO DOS SANTOS MELLO**  
Governador do Estado





## Assinaturas do documento



Código para verificação: **UT3W9N81**



Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**JORGINHO DOS SANTOS MELLO** (CPF: 250.XXX.199-XX) em 06/01/2023 às 19:59:45

Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/01/2023 - 11:06:20 e válido até 02/01/2123 - 11:06:20.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NDXzEwMDY4XzAwMDE4NzM1XzE4NzQ1XzlwMjJfVjVzVzIIOODE=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCC 00018735/2022** e o código **UT3W9N81** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

